

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 17

Sessão Ordinária

26 de Setembro de 2016

**APROVADA POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR E 3 ABSTENÇÕES,
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05/12/2016.**



-----**Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezasseis,** pelas **09h30**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 11 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2016;-----
- 12 Informação de Correspondência;-----
- 13 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: (APÓS INCLUSÃO DE UM NOVO PONTO)

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Gestão dos Serviços de Águas – Proposta de Deliberação;-----
- **PONTO 3** - Junta de Freguesia de Lousa – Proposta de Homenagem;-----
- **PONTO 4** - Regulamento de Bolsas a atribuir aos alunos da Escola Dragon Force;-----
- **PONTO 5** - Repartição de Encargos;-----
- **PONTO 6** - Participação variável até 5% no IRS;-----
- **PONTO 7** - Fixação da Taxa pelos Direitos de Passagem (TMDP);-----
- **PONTO 8** - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);-----
- **PONTO 9** - Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do PSF – 2016;-----
- **PONTO 10** - Relatório de Acompanhamento Semestral;-----
- **PONTO 11** - Fornecimento de energia elétrica para as instalações dos municípios da CIMDOURO e afins – Concurso Público.-----
- **PONTO 12** - Regulamento da Escola Municipal Sabor Artes;-----
- **PONTO 13** - Apresentação de Estudo sobre a linha do Sabor por Daniel Conde.-----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----José Mário Leite;-----

-----Cristina Alexandra Pantaleão Trindade;-----

-----João Augusto Leonardo;-----

-----Maria Helena de Sousa Bernardino;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Manuel Carlos Prado;-----

-----Luís Manuel Gonçalves Almendra (*Em substituição do deputado Luís Miguel Meneses Macedo*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilariça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Alves Salema;-----

-----António Manuel Lopes;-----

-----José Manuel Aires (*Em substituição do deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira*);-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----José Carlos Cordeiro – Açoreira;-----

-----António Júlio Sá Andrade – Larinho;-----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Castedo;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Mós;-----

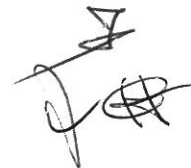
-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha;-----

-----António Manuel de Castro Gonçalves – União de Freguesias Felgar e Souto da Velha;-----

-----Afonso Henrique Alagoa – União de Freguesias Urros e Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de **vinte e quatro** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**Constituíram a Mesa:** -----



-----**José Mário Leite** – Presidente da Mesa; -----

-----**Cristina Alexandra Pantaleão Trindade** – 1.^a Secretária;-----

-----**João Augusto Leal Leonardo** – 2.^o Secretário.-----

-----**Faltas:** Faltaram os seguintes deputados:-----

- Luís João Fernandes Dias (Coligação PPD-PSD/CDS-PP), que justificou a falta dentro do prazo legal;-----
- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----
- Ademar Augusto Rodrigues Alves (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----
- Maria de Fátima Salvador Gonçalves (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a Sr.^a Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses e o Coordenador Técnico Manuel Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1.1 Ata n.º 16 da Sessão Ordinária realizada em 27 de Junho de 2016.** -----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor, e 2 abstenções (dos deputados: *Cristina Alexandra Pantaleão Trindade (Coligação PSD/CDS)* e *José Manuel Aires (PS)*), **aprovar** a ata. -----

1.2 Informação da Correspondência.

-----O Senhor Presidente da Mesa leu um resumo da correspondência recebida, registada sob os números de 96 a 139 de 2016, inclusive, o qual foi distribuído antecipadamente, a todos os deputados, e informou que a mesma estava à disposição de quem pretendesse consultá-la:-----

- ✓ **Deputada Cristina Trindade** – Justificação da sua ausência da reunião de 27 de junho;-----
- ✓ **Deputado Luís Miguel Meneses Macedo** – Justificada a ausência da reunião de 27 de junho;-----
- ✓ **Deputado Mauro Xavier** – Justificação de ausência da reunião de 27 de junho;-----
- ✓ **Deputada Maria Vitória Lázaro** – Justifica a ausência da reunião de 27 de junho;-----
- ✓ **Assembleia Municipal de Montalegre** – Informa que a Assembleia Municipal levará a proposta de adesão à próxima sessão ordinária a realizar, que tem a ver com a Associação de Eleitos de Assembleias Municipais;-----
- ✓ **Deputada Luísa Maria Pinto Ferreira** – Justifica a sua ausência da reunião de junho;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Informa da realização do Festival das Migas e do Peixe do Rio;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Dá a conhecer as atividades realizadas no mês de junho de 2016;-----
- ✓ **Catarina Oliveira** – Informa que estão abertas as últimas inscrições para participar na conferência sobre o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública;-----
- ✓ **Deputado António Lopes** – Envia o Programa do PAN 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envia a minuta da Reunião de Câmara de 1 de julho de 2016;-----
- ✓ **Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo** – Informa que na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo foi deliberado aderir à Associação Nacional de Assembleias Municipais;-----
- ✓ **Assembleia Municipal de Bragança** – Envia a moção, aprovada por maioria, sobre a ligação Bragança – Puebla da Sanábria;-----
- ✓ **Assembleia Municipal da Horta** – Informa que na sessão ordinária da Assembleia Municipal foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta de adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais;-----
- ✓ **Assembleia da República** – Informa que o “Retrato de Vasco da Gama Fernandes” é a peça do mês de julho de 2016;-----
- ✓ **Assembleia Municipal de Montalegre** – Informa também a adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais;-----
- ✓ **Jornal “Voz da Misericórdia”** – Envia a edição referente ao mês de junho de 2016;-----
- ✓ **Marketing** – Dá a conhecer a Plataforma Eletrónica de Contratação Pública;-----



- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio de minuta da Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Atacadista – Distribuição Alimentar** – Envia a carta de apresentação relativamente aos seus serviços;---
- ✓ **Marketing – Compras** – Dá a conhecer a utilização de plataforma;-----
- ✓ **José Manuel Fernandes** – Dá a conhecer o seu livro “Pela nossa terra”;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envia minuta da Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos** – Envia a aprovação de contas da Associação;-----
- ✓ **IBEROCOREDATA** – Dá a conhecer o seu trabalho na recuperação de dados informáticos;-----
- ✓ **Castedo** – Envia cartaz da Festa Tradicional em honra de S. Sebastião;-----
- ✓ **Revista Dependências** – Informa que o Portal da Saúde publica uma edição da revista Dependências referente ao mês de junho de 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Dá a conhecer as atividades realizadas no mês de julho de 2016;-----
- ✓ **Eloy Fernandez** – Informa que é colecionador de pins e solicita o envio de vários pins que estejam relacionados com o município;-----
- ✓ **Câmara Municipal de Bragança** – Dá a conhecer a tomada de posição sobre a deslocalização de médicos da Unidade Local de Saúde do Nordeste para o Algarve;-----
- ✓ **Miroma** – Informa da existência de uma plataforma de contratação pública;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio de minuta da Reunião de Câmara realizada a 5 de agosto de 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envia a edição digital da Revista Passear;-----
- ✓ **Deputada Magali Amador** – Informa que renuncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal, por razões de ordem profissional;-----
- ✓ **PCRSA** – Solicita a colaboração para realização de um estudo cujo objetivo é aferir a perceção dos clientes empresariais no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados pela operadora de telecomunicações;---
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da minuta da Reunião de Câmara de 19 de agosto;-----
- ✓ **Teatro Municipal de Bragança** – Envia a agenda de programação dos meses de setembro a dezembro de 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da minuta de Reunião de Câmara realizada a 2 de setembro de 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Informa da realização do evento Sabor D’Ouro Summer Fest Wine, a realizar nos dias 10 e 11 de setembro na Praia Fluvial da Foz do Sabor;-----
- ✓ **Grupo Parlamentar “Os Verdes”** – Dão a conhecer o Projeto de Lei de “Os Verdes”, que se discute no dia 16.09.2016 na Assembleia da República;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envia o edital que publicita a alteração da Reunião da Câmara Municipal do dia 16 de setembro para dia 20 de setembro;-----

- ✓ **Carlos Alberto** – Informa que irão realizar-se as XIX Jornadas Culturais de Balsamão, de 6 a 9 de outubro de 2016;-----
- ✓ **Boletim Empresarial** – Informa que ocorreu uma alteração ao Código do Trabalho.-----
- ✓ **Carta Anónima de Múncipe**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Deixei para o fim uma queixa apresentada por um município anónimo. Esta queixa visava a Câmara Municipal de Moncorvo e a Junta de Freguesia de Felgar. Eu dei conhecimento desta carta à Câmara e à Junta de Freguesia, através dos seus respetivos Presidentes – Presidente da Câmara e Presidente da Junta de Freguesia. Eu não sei se nós devemos dar alguma importância a uma queixa anónima, mas era meu dever informar os visados. Por mim, não darei qualquer seguimento, mas obviamente que darei a palavra, quer ao Sr. Presidente da Câmara, quer ao Sr. Presidente da Junta, se o entenderem, para se pronunciarem sobre o assunto. Ou, se me pedirem, eu lerei a missiva. Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado. Bom dia. Antes de mais, cumprimentá-los a todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Vereadores.-----

O que o município está a fazer, e a Câmara tem vindo a fazer já nos anteriores mandatos e neste, é não dar entrada a qualquer queixa que seja anónima, nem proceder a nenhum inquérito. A todas aquelas que vierem assinadas e identificados o queixoso, nós procedemos em conformidade; às anónimas, não, exceto, como eu tive ocasião de dizer ao Sr. Presidente da Assembleia, se for a Assembleia a dar-nos conhecimento dela. A partir daí teremos, obviamente, de encetar o devido procedimento. Se ficar como até agora, só com esta informação do Sr. Presidente, a Câmara não irá fazer nada.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. A Junta de Freguesia, Sr. Presidente da Junta. O senhor não recebeu um e-mail meu? Pois, eu enviei-lhe, efetivamente, um e-mail – aliás, como acabei de dizer – e informei o Sr. Presidente da Câmara na mesma altura, a dar-lhe conhecimento. Mas, quer pronunciar-se sobre o assunto? Acha que a Assembleia deve pronunciar-se sobre o assunto? Muito bem. De qualquer forma, então peço-lhe que leia o e-mail. Se entender que deve merecer da sua parte algum comentário, na próxima reunião traremos isso à baila.-----

Convites:

- ✓ **Pastoral Familiar** – 2.º Ciclo de Conferências “(Re)pensar a família hoje!”;-----
- ✓ **Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos – Aprendizagens** – II Seminário Nacional de Educação e Formação de Adultos;-----

- ✓ **Marketing.Ano.Pt** – Conferência – Desafios para a contabilidade pública no contexto nacional e europeu: Que perspetivas?, que se realiza a 15 de julho de 2016;-----
- ✓ **Direção Regional de Cultura do Norte** – Inauguração do restauro do órgão histórico – Para estar presente na inauguração do restauro, a 15 de julho de 2016.-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Manuel Martins** (Coligação PSD/CDS) e **António Alves Salema** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Manuel Martins.-----

-----**Deputado António Manuel Martins:** Bom dia a todos.-----

Eu iniciaria a sessão difundindo a informação de que neste fim-de-semana tivemos na Lousa um incêndio que podemos considerar de grandes proporções, onde estiveram empenhados praticamente os bombeiros de todos os concelhos do distrito, com exceção dos de Vinhais.-----
No sábado, passaram-se lá horas um bocado difíceis na Lousa, a determinada altura já estava praticamente toda a freguesia com fumo sobre ela, algumas pessoas inclusivamente com dificuldades de respirar. Queria salientar aqui a boa ação da parte dos bombeiros, porque o fogo iniciou-se de sexta para sábado, por volta das vinte e uma, vinte e duas horas, e deram-no como circunscrito por volta das dez da manhã do dia seguinte (sábado), e mantiveram no local duas equipas de cinco homens, uma do lado do concelho de Carraceda de Ansiães, e outra ali junto da freguesia. O que é que aconteceu? Por razões atmosféricas, porque a temperatura aumentou, por volta das catorze, quinze horas, reacendeu-se. Nesta altura, o perímetro do incêndio era relativamente pequeno, face ao que veio a acontecer depois. Reacendeu-se, foram desencadeados os devidos avisos, e a parte negativa que eu me apercebi – e eu não sou perito nestas coisas, mas deu para me aperceber – é que após a denúncia do reacendimento, penso que os meios aéreos não terão reagido com a celeridade devida. Portanto, é a única parte negativa. -----

Finalizo agradecendo a colaboração prestada à Freguesia por toda a estrutura dos Bombeiros, desde a parte da Direção até aos homens que estiveram empenhados no terreno. Era só.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Mas, quer apresentar alguma moção, algum protesto? Quer apresentar algum protesto pelo facto de os meios aéreos não terem... é só dar conhecimento? Muito obrigado. Sr. Deputado Alves Salema, faça favor.-----



-----**Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos. -----

O que eu sei, e eu acompanhei de perto, na unidade, a situação, eu acho que o reacendimento deveu-se a uma área já um bocado razoável – não era assim muita, mas foi porque havia muita manta morta; e reacendeu em vários sítios em que era impensável. Só para dar um exemplo, ali havia muita vegetação rasteira e alta, e no dia atrás tinha chovido à meia-noite e meia, bastante até lá; no entanto, de manhã, apesar de ter chovido, reacendeu em vários sítios. Ainda hoje trazemos dez homens no local. Portanto, aquilo é devido à manta morta que ali se encontra, mas em grandes áreas, que por vezes passa até a máquina por cima e não consegue desfazer a vegetação; acresce referir que a máquina circunscreveu o incêndio, e mesmo assim reacendeu depois, logo que veio o calor. -----

Portanto, eu julgo que os meios aéreos, penso que se têm vindo mais rápido, uma vez que havia locais a que as viaturas não conseguem aceder, o incêndio é combatido – chama-se a isso, entre aspas, na parte muscular – com os homens, e se têm vindo um pouco mais cedo, talvez os meios aéreos... enfim, não sei a situação em que se encontrava no distrito, e em Trás-os-Montes, o helicóptero, mas penso que poderia haver uma melhor situação ao fim do dia. -----

Mas, foi o que se fez, eu acho que os bombeiros não arredaram pé depois de tantas horas no terreno, e queria agradecer também aqui o apoio logístico que deu a Junta de Freguesia da Lousa, sobretudo na alimentação de uma tarde em que era domingo e havia grandes dificuldades de suprir as necessidades alimentares.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Fica registado o agradecimento. Eu pretendia que isto não se transformasse num diálogo.-----

-----**Deputado António Manuel Martins:** Não é diálogo, Sr. Presidente, eu é que me esqueci de uma coisa, passou-me. Queria apresentar, ainda relacionado com o fogo, a área ardida, eu não sei bem, mas penso que andaré entre os duzentos e os quinhentos hectares. É uma área bastante considerável. -----

Antes de se iniciar esta assembleia estive a falar sobre o assunto com o Sr. Salema; e levantei-lhe a questão, se não haverá algum mecanismo legal que impeça o pastoreio na área ardida nos próximos anos. Isto para quê? Para servir de incentivo a não haver outros incêndios eventualmente.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Todos nós entendemos onde o senhor quer chegar, Sr. Deputado. Eu acho que essa é uma questão recorrente. Eu não sou especialista nessa área, mas acho que essa é uma questão que já há muito tempo tem vindo a ser discutida.-----



Há aqui mais duas questões, ou três questões, que eu queria falar. -----
Uma delas é pedir aos Srs. Presidentes de Junta que no final se dirijam ao Sr. Camisa, porque está aí a foto do Sr. Presidente da República para poderem levar convosco, para não obrigarem a Câmara Municipal a enviá-la pelo correio.-----
Ainda sobre a ata – e como disse na altura, não estando cá o Executivo, eu preferi não me pronunciar – há uma questão, uma pequena declaração, ou pedido de informação que eu gostaria de ter, se possível, da Câmara Municipal, ou de quem me puder informar. Há aqui um episódio que eu li e reli, e realmente custa-me a entender. E segundo eu percebi, é o seguinte: com o terminar das obras da construção da Barragem do Baixo Sabor, o Presidente de Junta, José Manuel Moreiras, empenhou-se em tomar posse do campo de jogos existente junto daquele empreendimento. O Sr. Presidente da Câmara, e Presidente do Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Baixo Sabor, garantiu que o campo passaria para a posse da Associação de Municípios, e que se responsabiliza pela sua manutenção, e obviamente, que ele teria o suporte e acordo das entidades sobre esta questão. -----
Na última reunião, daquilo que eu consigo ler – e peço desculpa se estou a interpretar mal – teria sido alterado este acordo, com a concordância da Associação de Municípios do Baixo Sabor, representada pela Presidente da Câmara de Alfândega, e que isso teria dado origem a uma reunião do Conselho Alargado – que eu não sei muito bem o que é o Conselho Alargado – e a partir daí, comecei a deixar de perceber o que é que se passava. Se os quatro municípios se comprometeram a que Moncorvo ficasse com aquele espaço, na ata diz “BIA”, mas eu acho que deve ser DIA – Declaração de Impacto Ambiental, que terá inclusivamente o acordo da CCDRN para alterar a DIA, mas entretanto o empreiteiro vem pedir oitenta mil euros (80.000€) para manter o campo de futebol, as Câmaras não dispõem dessa verba e o campo de jogos é desmantelado. O Presidente da Junta, confiando na garantia que lhe havia sido dada, tinha dado conhecimento aos seus conceterrâneos, e acaba por ser informado por estes que já não havia campo nenhum, que ele tinha sido destruído. -----
Tentei perceber melhor estas coisas, e do que eu apurei, veio a uma Reunião de Câmara, de 14 de novembro de 2013, um e-mail a informar que a Associação de Municípios do Baixo Sabor tinha como representante para a fase de construção das barragens a Presidente da Câmara de Alfândega. Não conheço o teor desse documento, e obviamente reconheço, e todos nós temos de reconhecer, que a Associação de Municípios do Baixo Sabor tem todo o direito de nomear quem entender, quando quiser, para os efeitos que entender. O que pode estar em causa são os poderes que este delegado possa ter. De acordo com a Lei, as associações regem-se por estatutos; de acordo com os estatutos, todos os poderes são do Conselho Diretivo, e a Presidente da Câmara de Alfândega não faz parte do Conselho Diretivo. Estes poderes podem ser delegados no Presidente do Conselho Diretivo, que já tem alguns



inerentes, nomeadamente o de representação da Associação em juízo e fora dele. E é substituído pelo Vice-presidente, que é um cargo que nem sequer existe na Associação de Municípios do Baixo Sabor. Esta delegação, a existir, seria para a fase de construção. Eu não sei se o desmantelamento do campo de jogos ainda faz parte da fase de construção, porque inclusivamente o próprio mandato da Comissão seria até o enchimento da albufeira, a menos que tivesse sido prolongado por despacho do Governo. Não sei se houve algum despacho a prolongar isso, ou não. -----

E eu gostaria de saber se é possível: primeiro, saber o que é que foi que impediu a manutenção do campo, se foi a Presidente de Alfândega, se foi a EDP, se foi o empreiteiro, se foram os oitenta mil euros (80.000€), se foi a CCDRN, se foi a DIA. Como é que pode a DIA exigir o desmantelamento de uma estrutura quando uma das obrigações que vem na Lei é precisamente o fomento das dinâmicas cívicas e de bem estar? Também não entendo muito bem por que é que o Sr. Presidente da Junta não foi mantido ao corrente deste processo, e não entendo como é que um empreiteiro vai exigir oitenta mil euros (80.000€) para não desmantelar. Se fosse ao contrário, eu entendia; mas quer dizer, isto é uma espécie de uma chantagem? "Ou me dão oitenta mil euros (80.000€), ou deito isto abaixo." Eu não entendo. Não entendo também como é que é a Presidente de Alfândega que vem decidir o que quer que seja sobre o território de Moncorvo. -----

O despacho ministerial a instituir a DIA e a dar luz verde para a construção da barragem diz claramente que o empreendimento do Baixo Sabor é muito mais rentável do que o empreendimento do Côa – e que, obviamente, já era rentável, senão a EDP não se tinha oposto com tanta força, como fez, à sua não construção. Sendo assim, o que é que são oitenta mil euros (80.000€) para a EDP? Por que é que a EDP não pagou, se havia de pagar alguma coisa ao empreiteiro? Ou então, por que é que não é o Fundo do Baixo Sabor a suportar isto, dado que recebe perto de oitocentos mil euros (800.000€) da EDP? -----

Eram estas as minhas questões. Eu entendo que o Sr. Presidente da Câmara possa não as ter nesta altura consigo. Se quiser dar-me um esclarecimento a mim, e sobretudo ao meu Presidente de Junta, gostaria que o fizesse, e podia fazê-lo agora, se assim o entender.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Farei na apreciação da informação escrita.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado. Quero salientar que neste ponto, gostaria, antes de mais, de vos pedir desculpa por ter sido entregue em mão a situação financeira a 21 de setembro. Deveu-se a atrasos nos serviços, mas espero que esteja tudo em ordem, e já tiveram a possibilidade de a ter visto.-----

Quero dizer também algumas situações que estão a decorrer, nomeadamente a Fundação EDP, com o projeto de pintura das caixas pelos estudantes do mestrado em arte e design da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Já pintaram as caixas da EDP, da Praça Francisco Meireles. Na Praça Francisco Meireles têm já à vossa disposição uma Loja Interativa de Turismo. As intervenções nas caixas tiveram por base a Igreja da Adeganha e a Igreja Matriz de Torre de Moncorvo. Estamos a concluir as pinturas de alguns dos PT's que foram dados para intervenção. Temos três neste momento, dois dos quais já executados.-----

Quero dar-vos também conhecimento, que ainda não vem no relatório, mas que se realizou o PAN em Carviçais, este ano com a publicação de um livro – que não sei se o Sr. Presidente da Assembleia já o tem – “Epistolário do Abade Tavares”, pelo mestre José Leite de Vasconcelos (nós oferecemos), e que vai ser lançado brevemente também, numa data a combinar, na Biblioteca de Torre de Moncorvo. -----

Quero também informar-vos que a situação financeira de Torre de Moncorvo – e estou a falar do saldo do período, e depois poderemos ver mais no plano de acompanhamento da situação financeira, de 21 de junho de 2016 a 21 de setembro de 2016, se saldou em cerca de novecentos mil euros (900.000€) a menos, ou seja, estamos a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro e o saneamento do próprio município. O saldo a 21 de junho era de onze milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e oito (11.756.948€), estamos agora com dez milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e dezassete (10.851.517€). -----

Quero também dizer-vos que é com satisfação que vemos na ficha do município que a DGAL envia que, passámos de uma margem utilizável de endividamento, no primeiro trimestre, de duzentos e vinte e cinco mil euros (225.000€) para uma margem utilizável, no segundo trimestre, de setecentos e quarenta mil euros (740.000€), o que mostra que o esforço que estamos a fazer está a ser reconhecido pelas instituições que, de alguma forma nos controlam.



E isto mais nos enche de orgulho quando, curiosamente, na mesma página, apareceram os três municípios que integram a lista dos que pagam mais tarde no Distrito de Bragança. E Moncorvo, que era um habitué, está fora, e isso congratula-nos. Neste momento, está Mirandela e Freixo de Espada à Cinta. E se repararem, voltamos à DGAL, e temos aqui um prazo médio de pagamento de vinte dias, sendo que o último publicado prazo médio de pagamento – era de trinta e cinco. Estamos neste momento com vinte dias, a evolução dos PMP, em número de dias, se repararem, tem vindo a decrescer, o que é bom para o fomento da economia. Os fornecedores não estão à espera para receber, e dessa forma podemos dizer que estamos a cumprir com o que nos comprometemos há três anos atrás.-----

Para já, era isto que vos queria informar. Não estamos num momento saudável de finanças, como todos sabem, mas estamos a cumprir. Certamente iremos entrar num período conturbado, como é sempre a aprovação do Orçamento de Estado, não sabemos o que aí vem.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Pois, sobre este assunto eu também tenho uma pequena declaração a fazer. -----

A Revista Passear publicou, no seu formato digital, de distribuição gratuita na internet, uma extensa reportagem sobre Moncorvo, com perto de cinquenta páginas e mais de cem fotografias, acrescida do registo áudio de uma entrevista com o Sr. Presidente da Câmara. É uma reportagem de grande qualidade, os textos estão muito bem escritos, são pragmáticos, objetivos, cativantes e com grande realismo. As fotografias são excelentes. Há até um pormenor que deve ser levado em devida conta: em nenhuma das fotografias aparece qualquer aerogerador – e não é fácil ignorá-los, dado o seu enorme tamanho – ao contrário das tabuletas de informação turística, que tiveram o devido relevo. Estou certo que a Câmara – cumprindo, aliás, o que o Regime Jurídico das Autarquias recomenda – não deixará de incluir na próxima proposta orçamental um projeto de sinalização turística, já várias vezes reclamado aqui pela voz experiente, avisada e conhecedora do deputado António Júlio Andrade. -----

Para fazer esta reportagem, os responsáveis da revista dirigiram-se à Câmara a recolher dados, informações, e a entrevistar o Sr. Presidente. Este fez um anúncio que muito me aprouve saber, e que entusiasmará certamente todos os Moncorvenses, que é a concretização para breve do Sabor Lake Resort. Mas, para espanto meu, estabeleceu uma estranha delimitação para o território concelhio ao informar o seu interlocutor que Moncorvo tem como limites geográficos o Rio Sabor e o Rio Douro. O município ficou assim restringido a esta mesopotâmia, sendo-lhe subtraídas as Freguesias de Adeganha, Cardanha, Horta, Castedo e Lousa, e as respetivas anexas. Não faço ideia se alguém perguntou alguma coisa sobre o Vale da Vilariça; se assim foi, imagino que lhe tenha sido mostrado o que deste é possível ver, a



partir da Corredoura ou de outro, e assim foi resgatada parcialmente a Freguesia de Cabeça Boa, mas só na parte que é visível a partir da sede concelhia, pois até as Cabanas foram divididas e separadas: as de Baixo integradas, as de Cima ignoradas. Às freguesias situadas entre o Douro e o Sabor, acrescidas da parte sul da Vilariça, são dedicadas mais de quarenta páginas – ultrapassa a meia centena se contarmos com as do empreendedorismo local. Para as restantes, não há nem uma página, nem um parágrafo, nem uma frase, nem um texto, nem um período, nem uma palavra, nem uma letra, nem um rabisco, nem sequer um hieróglifo. Da mesopotâmia Moncorvense há mais de cem fotografias; do restante não há uma foto, nem uma imagem, nem um desenho, nem uma legenda, nem uma referência, nem uma nota de rodapé, nem um fragmento, nem um simples pixel, absolutamente nada. O que Moncorvo tem de interessante estará confinado ao território entre os dois rios, com um pequeno acréscimo, a título excecional, à volta da Aldeia da Foz. -----

Será que fora desta estranha demarcação não haverá nada com interesse turístico? Há, Srs. Deputados. Para lá do Sabor também há património, também há natureza, também há percursos pedonais, também há animais selvagens, também há lugares arqueológicos, também há atividades tradicionais ancestrais ligadas ao ferro, à seda, ao cânhamo, também há castros e estelas funerárias, também há documentos régios centenários, também há cultura e tradições judaicas, e também há Moncorvenses. Para lá do Sabor há pessoas que são em tudo semelhantes às que estão do lado de cá, e que não podem ser discriminadas com base na sua origem geográfica. Só por brincadeira se pode dar como exemplo representativo da atividade hortícola de Moncorvo o Lugar de Nabais, na Açoreira. Na Vilariça, há uma freguesia inteira que se chama – e não é por acaso – Horta. Tanto não é por acaso que é daqui a melhor agricultora portuguesa. Há até um resort na Freguesia da Adeganha que já saiu do Power Point; não foi batizado com nenhum nome inglês, é-lhe assinalada alguma exuberância decorativa, há quem lhe aponte falta de glamour, mas está a funcionar, atrai turistas, ostenta velhas e sóbrias construções graníticas que recuperam a memória das antigas tradições e ofícios, oferece uma paisagem deslumbrante e que tem produção agrícola de relevo, a começar pelos vinhos que cumprem os requisitos do Sabor D'Ouro Summer Fest. -----

Não existem paradoxos geográficos: se a Quinta da Terrincha está na Junqueira, tem de ser possível encontrá-la em Moncorvo. O que não é possível é calar o protesto contra esta discriminação injusta, parcial e sectária que ganha corpo e expressão numa pequena e simples poesia que escrevi recentemente, e que aqui vou partilhar convosco.-----

“Exopotâmia (Manifesto por um vale discriminado)”-----

“O Sabor não é fronteira”-----

Nem o vale da Vilariça se alcança-----

Da Senhora da Teixeira.-----

Para que haja boa lembrança-----

Apresento-o, na Junqueira!-----

Nasce em Bornes, alfandeguense-----

Mas a Moncorvo pertence-----

Dos Nozelos à Junqueira-----

Na margem esquerda da ribeira.-----

Estende-se, airoso, galhardo, singelo-----

Até ao Monte Meão.-----

Da Adeganha recebe bênção-----

E, beijando a mão-----

Da Senhora do Castelo,-----

Expande-se nos Barrais.-----

A melhor vista é dos Estevais!-----

Mira'Douro em S. Gregório-----

E tudo mais em seu redor-----

Mas é a Póvoa-----

Que se espelha no Sabor.-----

Se a noite bater à porta-----

Acende luzes na Horta,-----

E a primavera vai chegar-----

Quando nas encostas da Vide-----

A amendoeira desabrochar.-----

Guarda lendas no Castedo-----

Da gente da Nação-----

Do seu duro degredo-----

E da fuga de Castela, ao rei cristão,-----

Em demanda do novo Vale do Jordão.-----

Nasce-lhe o sol na Cardanha-----

Olhando as Cabanas de Cima-----

Com uma beleza tamanha-----

Que o aquece e ilumina.-----

Mas quando o dia esmorece-----

Aquieta-se, repousa,-----

Descansa e adormece-----

Aconchegado pela Lousa!"-----

“Feito na Junqueira em protesto por terem sido excluídas de uma reportagem da Revista Passear, promovida pela Câmara de Moncorvo, grande parte do vale da Vilarça e as suas aldeias ribeirinhas, Junqueira, Nozelos, Adeganha, Estevais, Póvoa, Horta, Vide, Castedo, Cardanha, Cabanas de Cima e Lousa.” Muito obrigado. Sr. Presidente, quer pronunciar-se? ----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, desde já agradecer o entusiasmo dessa poesia. Mas, a poesia não se faz só do que se escreve em papel; é preciso vivê-lo, vivenciar, estar na terra para ver o que se faz. E portanto, poderia desde logo começar por dizer que o que me dá gozo na Revista Passear ter-se dedicado a Moncorvo é que não foi promovida pela Câmara. Isso é que me dá gozo; não foi paga, como estávamos habituados até aqui. Isso é que me dá gozo.--- Mas, atentando um bocadinho mais ao que disse não posso deixar de lhe dizer que quando o Sabor Lake Resort veio aqui, foi o Sr. Presidente da Assembleia, no início de 2014, que o defendeu, ao contrário do que dizia o Sr. Deputado António Júlio, que defendeu que até tinha alguma razão ser em inglês, até foi defendido por si. E ir à Adeganha vermos o resort de que falou, temos que falar com as pessoas que também estão lá, e o que pensam desse resort. Mas isso não nos cabe a nós, porque senão podemos ir a parar noutras paragens, noutras situações, e é nessas que não quero entrar, porque a Câmara, como entidade pública, não pode entrar nisso, não se pode servir dos dinheiros públicos para pagar entrevistas. -----

O que nos foi proposto foi fazer aquela reportagem, num formato digital. A única coisa que eu falei foi sobre património. Aliás, eu ainda não li a revista, mas tive o cuidado de referir que o Concelho de Torre de Moncorvo tinha uma situação engraçada, e que a barragem muitas vezes quis acabar com isso, que foi que eramos dos quatro concelhos – como o Sr. Presidente da Assembleia deve saber muito bem, e os Srs. Deputados, só há quatro concelhos em Portugal cujo limite geográfico não é um rio. Ou seja, o rio, que sempre era utilizado como fronteira, não é, e daí inclusive a possibilidade de ir ver Felgar. Não sei se foi ver, se não foi. E portanto, a partir daí, tudo o que se possa dizer cai por terra. -----

Mais: o que nós temos em vista é todos os projetos que possam ter rotas, inclusive, como sabe, quando foi a inauguração da Loja Interativa de Turismo – não sei se esteve presente – o que eu disse ao Presidente do Turismo do Norte de Portugal, e o que disse ao Diretor da Cultura, é que a Adeganha tinha toda a potencialidade para a Rota do Românico não terminar em Amarante e vir cá para cima. Era uma forma diferente de o conseguirmos. Essa foi uma, e disse-o publicamente. Portanto, a fronteira não ficou ali, nem nesta mesopotâmia, até porque a mesopotâmia, vimos o que, infelizmente, o Tigre e o Eufrates trouxeram nestas guerras.----- Portanto, eu não quero ter aqui o Tigre e o Eufrates; quero antes ter um concelho que seja olhado de forma igual, em que as cores, independentemente de quais elas sejam, não sejam um obstáculo para estarmos a produzir e a incentivar essas populações a estarem radicadas



nas freguesias a que respeitam. Portanto, grande parte dessas rotas até, algumas, como a dos Castelos, como a Rota de Santiago, onde se faz uma derivação para a Adeganha – verdade ou mentira que Frei Bartolomeu dos Mártires nos tenha feito, não temos isso certo, mas o que é certo é que foi também uma das nossas perspetivas, foi essa, foi levar a Rota de Santiago até à Igreja da Adeganha, e todas as da Rota do Sabor, que haja uma interligação entre Mogadouro, Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé e também Macedo de Cavaleiros. ----- Temos que ver o concelho num todo. E é esse concelho que eu quero. E se foi indicada a Açoreira, não foi por mim, certamente, porque não tive nada a ver com a parte editorial da revista, não tive mesmo. Não sei se foi falado sobre a recuperação do património – que não li, como lhe estou a dizer, mas foi um dos enfoques que eu fiz; o problema da degradação, na zona histórica, de algumas casas em que os municípios não têm possibilidade de intervir sem a anuência dos proprietários, foi basicamente onde eu foquei a minha intervenção. E quero dizer que aquilo foram cerca de seis minutos, se tanto. Portanto, tudo o resto, parece-me a mim, e do que ouvi dizer, que estaria uma reportagem que dignificava o concelho. Agora, não lhe posso dizer, porque não li.-----

Quanto ao primeiro assunto, há aí uma série de confusões também. A Presidente da Câmara de Alfândega da Fé faz parte do CA que já vinha do anterior mandato – aliás, costumava ser Presidente da Associação de Municípios, manteve-se Moncorvo, e a Sra. Presidente já fazia parte, podendo haver quem a acompanhava, que no caso era também sempre o Eng.º Aires Ferreira. O que aconteceu foi simplesmente isto, e eu volto a repetir – acho que já o disse aqui uma vez, mas volto a repetir: quando foram negociadas as medidas compensatórias, a DIA tem lá uma situação em que é reposição de solos, de terrenos, e toda a flora que exista. Conseguiu-se, entretanto, com uma proposta da Associação, que ficasse o campo e toda a estrutura de apoio para servir mais à freguesia, obviamente à União de Freguesias de Adeganha e Cardanha. Entretanto, numa reunião do CA – Conselho Alargado, deparámo-nos com a situação, em que teria havido um acordo de desmantelamento – que ia, aliás, ao encontro da própria deliberação tomada pela Associação de Municípios do Baixo Sabor. Em Reunião de Câmara – e está em ata, podem ver o protesto que eu fiz, a dizer que nenhum autarca, a não ser o de Torre de Moncorvo, representava o Concelho de Torre de Moncorvo. Isto está lá. E é essa situação, que enviámos para os demais Presidentes, que faz com que haja uma reunião do Conselho de Municípios do Baixo Sabor, dos quatro concelhos, e então é aceite – e aqui, a Presidente de Alfândega da Fé também disse que poderia não ter percebido o que estava em causa, e então resolve-se dar uma justificação plausível para ficar aquele campo. E o que se argumentou foi que no distrito não existe, para além de Carrazeda de Ansiães, um parque onde possam os escuteiros delinear todo o seu programa a nível nacional – só temos um, que é Carrazeda de Ansiães. E seria importante também termos aqui um que



servisse os quatro concelhos. E foi isso que foi proposto. Mas, o que é certo é que tinha que haver sempre um entendimento, e a CCDR nunca esteve muito de acordo. E eu até aproveitei para lhe dar o nome da pessoa que lhe pode confirmar isto, que esteve à frente, que foi a Eng.^a Helena Teles. E nunca estiveram verdadeiramente a apoiar-nos nessa situação, mas nunca se tinha falado de verbas envolvidas. A Associação de Municípios e a EDP tinham entre elas acordado que seria de preservar. -----

Posteriormente, a EDP veio dizer que mantém o acordo se for a Associação de Municípios a despende o montante para ficar com o empreendimento, oitenta mil euros (80.000€), e suportar também toda a gestão, que não estava incluída, e que nem a Junta de Freguesia conseguia suportar, e a Câmara também teria alguma dificuldade, e seria sempre da Associação de Municípios. Ora, em casa onde não há pão, tem que se chegar a um acordo, ou então não há hipótese. E não houve acordo. Não houve acordo para se manter, e mais com a pressão que a CCDRN também fazia para não se manter, até porque o trabalho que se está a fazer, de reposição de terras e de plantações, não tenho a certeza porque nunca me foi dito, mas não ficará muito mais barato do que manter todo aquele espaço. O problema é que nós somos apanhados também num diferendo entre a empresa e a própria EDP. Isto tudo conduziu a um arrastar de situações que, não tendo nós por trás o firme apoio também da CCDR, não poderíamos ter uma solução que não fosse esta. Agora, quero dizer uma coisa: é que os municípios foram os últimos a saber disto tudo. Nós tivemos esta situação quase como fechada, como é hábito. Como é hábito. Agora, poderemos ver aqui de diversas formas. O que se passou foi exatamente o que relatei, e estou aqui a dizer com os nomes – o outro, obviamente, é o Eng.^o Jorge dos Santos. Portanto, os dois nomes que estiveram com isto foi a Eng.^a Helena Teles, da CCDR, o Eng.^o Jorge dos Santos, da EDP, que podem confirmar. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu não vou, como é óbvio, entrar em diálogo consigo, nem pretendia, mas a partir do momento em que coloca em causa algumas coisas que eu disse, vou só fazer um ligeiro e rápido apontamento. Um deles é que, efetivamente, eu não disse que a Câmara pagou o que quer que fosse por esta reportagem; estou a dizer que a promoveu. E promover, segundo o dicionário Priberam, diz “anunciar os feitos, os valores ou as vantagens”. Eu nem sequer conhecia a Revista Passear, acabei por saber da sua existência porque a Câmara Municipal o fez (e não só), e ainda também porque está na página de Facebook do município.-----

Relativamente à questão dos limites, como deve imaginar, não fui eu que inventei essa história dos limites. E eu nem sequer me vou pronunciar sobre o assunto; darei obviamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----



Excerto de gravação:-----

“Entrevistador: Qual é a importância que a autarquia dá ao seu património natural e cultural?---

Presidente da Câmara: Antes de mais, focalizar Torre de Moncorvo. Torre de Moncorvo está situado no sopé da Serra do Reboredo, Mata Nacional, e tem como limites geográficos o Rio Sabor e o Rio Douro. Portanto, estamos aqui numa situação privilegiada em termos de natureza...”-----

No segundo quinze, o Sr. Presidente diz claramente:-----

“... Serra do Reboredo, Mata Nacional, e tem como limites geográficos o Rio Sabor e o Rio Douro.”-----

Leiam, vejam a entrevista em que o Sr. Presidente da Câmara diz que Moncorvo está situado no sopé do Reboredo, Mata Nacional, e tem como limites geográficos o Rio Sabor e o Rio Douro. Limites geográficos. Eu não me vou pronunciar mais sobre o assunto, vamos prosseguir. Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Eu compreendo a posição do Sr. Presidente da Assembleia, também aceito as explicações do Sr. Presidente da Câmara. Um pouco de história não faz mal a ninguém. Devo dizer-lhe que nos livros de datas da Câmara, de mil e setecentos, mil e seiscentos, o concelho era apresentado nos seguintes termos: Aldeias de Léngua Adentro, Larinho, Felgueiras e Açoreira. Era obrigatório virem às procissões a Moncorvo, etc., pertenciam ao limite da vila, tinham todos os encargos dos cidadãos da Vila de Moncorvo, e também participavam das deliberações coletivas. Havia depois as aldeias do termo, as aldeias do termo que iam até determinada extensão – a Horta, a Junqueira, nomeadamente, mas já não abrangiam a Adeganha, nem a Lousa, por exemplo. E depois, existiam as aldeias de fora do termo. Isto era oficial, não sou eu que invento. Nos dias de hoje, também parece que de vez em quando estamos a cair um bocadinho nisso. Eu vejo: da Barragem do Sabor, existe, foi a primeira vez que se conseguiu uma verba para ressarcir as populações, os terrenos que foram tirados pela barragem, isto e aquilo. Desse fundo, Sr. Presidente da Câmara, veja lá se gasta um tostãozinho no Larinho, que até hoje ainda não gastou lá um tostãozinho. Olhe, repare, eu penso que deviam envergonhar-se, é capaz de ser a única sede de freguesia que eu conheço em Trás-os-Montes onde as águas pluviais e os esgotos correm pelos mesmos canos, e onde os esgotos ainda correm a céu aberto. Vamos lá ver se não há discriminação.-----

Era só isso.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **apreciou a “Informação escrita do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e Financeira do Município”**.-----

PONTO 2 — DELIMITAÇÃO DA ÁREA URBANA.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade (PS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou usar uma prerrogativa que me compete, que é poder responder quando são levantadas perguntas. -----
Portanto, também não é verdade, Sr. Deputado, que não tivesse sido gasto nada lá, ou que não tivéssemos feito nada. Não é verdade. Aliás, este Executivo, e houve também participação do Sr. Presidente da Junta, que sabe, naquela sala ali ao lado, como foi difícil chegarmos a acordo para determinadas obras, e que só com a boa vontade, quer do Sr. Presidente da Junta, quer de mim próprio, conseguimos que os proprietários cedessem uma obra que andava há cinco ou seis anos para ser feita, e que não se conseguia. E a Câmara, a própria Câmara assumiu que se não fosse a EDP, seria a Câmara de alguma forma a fazê-lo, juntamente com a Junta. E foi feito, e foi uma obra que eu considero essencial, e que mostrou também uma coisa: que o Sr. Presidente da Junta estava por dentro dos assuntos, e a capacidade que teve de promover, não só que a Câmara se interessasse pelo assunto, como a capacidade que teve de trazer ao encontro partes que estavam completamente afastadas, como eram os proprietários e a EDP. E isso, não se lhe pode tirar esse louvor, porque foi ele que conseguiu, e depois o trabalho que tivemos aqui, em duas tardes, e que se conseguiu resolver. E eu acho que a Freguesia do Larinho resolveu uma série de problemas. Estava prevista outra estrada, não era a que o Sr. Presidente da Junta queria. Pois, o problema foi esse, foi a alteração, e este é que foi o mérito que ele teve, que foi ver as potencialidades que esta estrada que hoje está construída tinha, e para fazer daí a ponte entre proprietários e a EDP. Portanto, também não é verdade isso. -----

Agora, o Fundo do Baixo Sabor, como sabe, é sujeito a candidaturas. Vai abrir o terceiro aviso, no qual seremos nós, aqui também, a Assembleia, que estão aqui pessoas que podem, enquanto privados e enquanto entidades públicas, potenciar aquilo que queremos. Vamos ter



que ser nós. E portanto, cada um tem que trabalhar por si, porque nenhum projeto é aprovado pela Câmara Municipal. O Conselho Estratégico, que é quem de alguma forma tabela os limites e diz até onde é que se pode ir, é presidido pelo ICNF, onde estão representadas organizações não governamentais, as faculdades, as universidades, uma panóplia de situações, que são esses, depois, que avaliam de alguma forma o que os municípios fazem em termos de concurso, só que os municípios apresentam o que lhes chega a eles, privados e públicos. Aliás, ainda agora terminou um, a Rota das Amendoeiras, que foi promovida, terminou agora, também englobou lá a Freguesia do Larinho, e de alguma forma porque o ICNF entendeu que aquele era um bom projeto. -----

Portanto, o que eu vos estou a dizer é que, neste momento, quando abrir o terceiro aviso, quer públicos, quer privados, têm que estar atentos a isso, porque o dinheiro não passa por uma gestão da Câmara; é de um fundo. E como sabem, um fundo é gerido pelo ICNF, não é por nós. É que até aí nós temos que ver que não podemos disponibilizar, seja cinco mil, oito mil ou oitenta. O ICNF é que delimita por cada projeto. E aliás, ainda há duas semanas, salvo erro, tive aqui uma senhora que dizia que todos os projetos que ela metia não tinham sido aprovados, e culpava exatamente o ICNF. E ela até me disse uma coisa muito engraçada: “Tenho um prémio de melhor agricultora mas não consigo que me aprovem um único projeto.” É o que temos. Mas aí, não podemos fazer mais; temos que nos cingir, cada um, às suas capacidades e competências. Portanto, o que eu apelo é que neste terceiro aviso que vai abrir no final do ano, ou no próximo ano, estejamos todos atentos para projetos. Esta é a parte que eu apelo para, de alguma forma, estarem atentos.-----

O Ponto n.º 2, então, se bem se recordam, já tivemos aqui um, que era também um estudo. Para vos fazer um enquadramento: este projeto que hoje se traz aqui, da gestão de serviços de água, é uma proposta de deliberação que ainda decorre, quando havia as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, as Águas do Paiva, as Águas do Algarve, uma série delas. E portanto, cada um tinha que ter um sistema em que fosse o gestor. E a CIMDouro encomendou, na altura, um estudo que seria para ver se os dezanove municípios poderiam ser uma entidade gestora. Entretanto, há novamente a fusão, passa a ser as Águas do Norte, e há a reversão dessa fusão. E as situações foram muito concretas: há duas vias: uma, que eu não sei como é que se consegue justificar, porque tem a ver com o que queriam acabar, que eram os distritos, e nesse caso, serão os doze municípios para o Distrito de Bragança, que é o estudo que está a ser feito pela Resíduos do Nordeste, e que já veio aqui à Assembleia Municipal, que já aprovámos; e esta é uma proposta de deliberação para a gestão de águas que havia antes da uniformização – ou seja, no sistema que está agora, da reversão das águas – que é a EMAR, através da CIMDouro, fazer também um estudo, neste caso para os dezanove municípios que compreende a CIM. Eu percebo quanto é que isto deve estar a dar gozo ao Sr. Deputado



António Júlio, que sempre defendeu que as duas CIM's deviam estar juntas, mas pronto. O que eu vos trago aqui, ou melhor, o que o Executivo vos traz, é uma proposta de deliberação de um estudo que a EMAR vai fazer sobre preços e condições em que ficaria se os dezanove municípios fossem gestores de água – Douro Sul, Douro Norte e Douro Superior. É exatamente igual ao da Resíduos do Nordeste, só que a Resíduos do Nordeste com os doze municípios do Distrito de Bragança. Eu penso que aqui será sempre útil para Moncorvo; pelo menos ficamos a conhecer quanto é que custa, que preço é que teremos que dar a conhecer aos nossos munícipes do custo da água, e podermos fazer – que só há três municípios que podem fazer isto, que é Freixo, Moncorvo e Carrazeda de Ansiães: ver, efetivamente, quanto é que custa estarmos integrados num sistema que seja distrital, ou num sistema que pertença à CIM. É mais para fazermos este tipo de estudo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado António Júlio, faça favor. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Sinceramente, eu penso que isso não vai valer para nada, este estudo, não vejo qualquer ponto de ligação entre Freixo, Moncorvo, Carrazeda, em questão de fornecimento de água, ou para trabalhar os resíduos, não vejo. Mas, que façam.----- Mas, queria apenas recomendar uma coisa ao Sr. Presidente: é que a Câmara esteja atenta, quando for desse estudo, e a ver se conseguem retirar-nos uma estação elevatória de esgotos que meteram no Larinho, que é o maior cancro que temos, porque não há semana nenhuma que não rompa a estrada, que aquilo rebenta. Vão lá todos os dias os técnicos abrir aquelas fossas, aquilo cheira como o diabo; puseram lá umas chaminés, são cheiros até mais não. Quer dizer, agradecíamos, ao menos, já que não fazem bem, que não façam mal à aldeia.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, aqui só uma nota de rodapé: a diferença relativamente ao outro estudo é que este provavelmente vai ter alguns custos para o município, certo? E não são os municípios todos da CIMDouro, é só a parte norte da CIMDouro. É correto? -----

-----**O Presidente da Câmara:** O que está aqui é só o Douro Norte e o Douro Superior, e o Douro Sul está a fazer autonomamente, para depois ser importado, ou não, neste estudo.----- Quero dizer que os cinco mil euros (5.000€) que aqui se fala como possível custo era com todos os municípios integrados. Quanto ao Sr. Deputado António Júlio, como sabe, a maior candidatura que este município tem é uma candidatura ao POCUR, que é para a eliminação dessas situações. Vamos ver o que é que vem aprovado, e como é que vem. Foi candidatado,

está a decorrer o prazo, o Município de Torre de Moncorvo entregou tudo a tempo e horas para poder ser analisado. E mais, entregou com algo que era facultativo, que eram as declarações da APA. Foram entregues todas as declarações para todas as freguesias ou localidades em que tenhamos problemas. Agora, vamos ver as decisões, essas é que ainda estamos a aguardar. Já deveria ter sido comunicado quase há um ano atrás. Vamos aguardar.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, com 23 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade (PS)) **aprovar a “Proposta de deliberação da Gestão de Serviços de Águas”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSA – PROPOSTA DE HOMENAGEM.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Manuel Martins** (Coligação PSD/CDS) e **António Alves Salema** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado. Eu ia só dar uma informação, para não criar qualquer tipo de equívoco, que é o seguinte: a Câmara Municipal, por unanimidade, informou que está aberta à sugestão, mas entendemos que o órgão deliberativo é que deve indicar o que quer fazer e como quer homenagear, se o quiser, como é óbvio. A Câmara Municipal aqui pôs-se na situação de, no fundo – e entendam isto entre aspas – acatar a posição que, efetivamente, o concelho aqui representado na Assembleia Municipal melhor entender para fazer esta agraciação. -----

Portanto, melhor do que eu, o Sr. Presidente da Junta da Lousa poderá dar-vos a conhecer quem é esse Sr. Carlos Santos, que é campeão mundial de stickfighting. Sei que ele era campeão europeu, já foi por diversas vezes, mas que tinha uns filipinos que quase não davam hipótese, e foi um europeu a dominar esta modalidade, e que temos a sorte de ser um



descendente do concelho. E portanto, a Câmara Municipal estará aberta à proposta que a Assembleia Municipal fizer. -----

Sendo pela agraciação, e sem querer condicionar-vos na vossa proposta, penso que seria indicado provavelmente o dia 19 de março, porque é o Dia do Concelho, para fazer essa agraciação. Ou outro que V. Exas. considerem.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta da Lousa.-----

-----**Deputado António Manuel Martins:** Sr. Presidente, muito obrigado por delegar em mim este esclarecimento. -----

Eu, em primeiro lugar, queria manifestar a satisfação da decisão da Câmara, porque em sede de reunião aprovou por unanimidade, e isto congratulou-me, de ter aceitado a proposta da Junta, e trazer aqui a esta Assembleia para se pronunciar sobre a mesma. Queria deixar bem vincado que me sensibilizou bastante a unanimidade que foi tida em sede de Reunião de Câmara.-----

Em segundo lugar, transmitir que esta proposta visa homenagear um campeão mundial de Stick – Fighting (Jogo do Pau), modalidade desportiva que para uma melhor compreensão, permitam-se que leia um pequeno texto sobre a mesma.-----

“A “Esgrima Lusitana” ou “O Jogo do Pau” é uma esgrima portuguesa que se desenvolveu devido a necessidades reais de combate e autodefesa. A arma é um pau de cerca de metro e meio de comprimento, de preferência mais pesado numa das pontas. Mais recentemente foi desenvolvida a técnica para bastão, de cerca de oitenta centímetros, que tem uma aplicação em situações mais urbanas e necessidades mais modernas. É a única arte marcial portuguesa, e é tutelada pela Federação do Jogo do Pau Português e Esgrima Lusitana, responsável pela formação de monitores e instrutores, exames de graduação e competições nacionais.” -----

Portanto, com este texto nós podemos ver que é uma modalidade que está devidamente tutelada por uma Federação, **a Federação do Jogo do Pau Português/Esgrima Lusitana**, e segundo informação não confirmada – repito, não confirmada – poderá um dia destes, ou um ano destes, ser integrada nos Jogos Olímpicos.-----

Dito isto, eu passaria a falar um bocadinho – para não ser muito maçador – sobre o currículo do proposto a homenagem, que é o Carlos Santos. É filho de Lousenses, o pai é o Sr. José Santos, já falecido, e a mãe a Sra. Adosinda Santos, que vive em Oeiras, onde o próprio também reside. Ele presta serviço na GNR, e simultaneamente é instrutor e praticante desta modalidade. Iniciou o jogo do pau quando estava a frequentar uma licenciatura em desporto,



em 2000/2001. De então para cá tornou-se pentacampeão nacional, tricampeão europeu, e este ano, campeão mundial desta modalidade desportiva.-----

Após conquistar o campeonato do mundo, tem sido solicitado por diversos órgãos de comunicação social, nomeadamente as televisões (TVI, Sic Radical, e está prevista também uma ida à Sic), e também deu uma entrevista à Rádio Renascença. O Jornal de Notícias, Correio da Manhã e principalmente o jornal O Jogo deu bastante ênfase ao facto, pois numa publicação teve direito a uma página completa. -----

O Carlos Santos já foi agraciado pela Câmara Municipal de Oeiras, em 2013, com a Medalha de Mérito Desportivo. -----

Portanto, Srs. Deputados, Srs. Presidentes, pelo que eu aqui referi, e por se tratar de um filho de Lousenses, logo Moncorvense, por sabermos que gosta muito da região (e isso eu posso confirmá-lo, testemunhar), e por considerar que os serviços por si prestados a Portugal – lembro que o campeonato do mundo decorreu no Havai – são relevantes, muito gostaria que a Câmara Municipal e esta Assembleia contribuíssem para lhe reconhecer o trabalho desenvolvido, e aquilo que ele já fez por Portugal, fazendo-lhe uma homenagem na forma a definir nesta Assembleia ou pela Câmara Municipal. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. -----

Eu gostaria de dizer apenas que, efetivamente, o jogo do pau é um jogo tradicional – quem não se lembra do Malhadinhas, do Aquilino Ribeiro, e obviamente, os próprios pauliteiros de Miranda usam os paus enquanto uma espécie de arma na dança guerreira que têm, e que remonta, efetivamente, à tradição da nossa terra. Por mim, subscrevo completamente a sua proposta, e gostaria, e faria gosto que esta Assembleia aprovasse por unanimidade, e até por aclamação, se assim o entendessem, esta proposta de homenagem. Faça favor, Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Eu acho que esta Assembleia, também da minha perspetiva, deve-se associar a esta iniciativa; é de louvar, e penso que merece não deixarmos isto em branco, e recordar um dia, para as pessoas que aqui se encontram neste dia, esta situação e outras que possam vir. Portanto, a homenagem será bem-vinda, e uma ótima oportunidade para nós também lembrarmos estas pessoas, lembrarmos os nossos naturais e a nossa terra.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Relativamente à proposta do Sr. Presidente da Câmara, parece-me muito bem que seja o dia 19 de março, o Dia do Município, acho que efetivamente devemos celebrar a nossa naturalidade, mas deixo à consideração dos presentes

se alguém quer recomendar outro dia. Então, eu proponho que seja aprovado por esta Assembleia, por unanimidade e aclamação, esta proposta da Junta de Freguesia da Lousa.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por **unanimidade e aclamação aprovar** a proposta da Junta de Freguesia de Lousa para homenagear Carlos Santos, campeão mundial do jogo do pão, no dia 19.03.2017, feriado do Município.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — REGULAMENTO DE BOLSAS A ATRIBUIR AOS ALUNOS DA ESCOLA DRAGON FORCE.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **António Alves Salema** (PS) e **José Manuel Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado. Este ponto é para regulamentar o que era necessário em termos do art.º 12.º, que era a cessação da bolsa de estudo ????. O art.º 5.º é sobre as condições de atribuição, que eram, efetivamente, rendimento de referência igual ou inferior ao valor estabelecido para o primeiro e segundo escalões de rendimento para atribuição do abono de família pela Segurança Social, e o número de pessoas que compõem o agregado familiar. Não se mexeu, só que por lapso não se tinha visto, quando foi o protocolo com a Dragon Force, como é que poderia cessar, não havia regulamentação nesse sentido. -----

Está previsto no art.º 12.º, quando a assiduidade for inferior a quarenta por cento (40%) sem justificação do encarregado de educação, a ausência prolongada superior a duas semanas sem prévio aviso, não comparecerem três vezes a jogos oficiais ou torneios sem justificação, não cumprirem os regulamentos ou tenham um comportamento inapropriado, os alunos ou encarregados de educação, a prestação de falsas declarações, ou apresentação de documentos falsos no processo de candidatura à bolsa. -----

Basicamente, o que se espera é que o que é proposto agora em termos de regulamento para a atribuição de bolsas tenha incluído um artigo sobre a cessação dessa mesma bolsa atribuída.--

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Desde há muitos anos que Moncorvo se distinguiu, ao nível do Distrito de Bragança, pela formação das camadas jovens no que respeita a futebol. E chegámos a ter, e terá sido o GDM a equipa que ao longo dos anos, desde há cinquenta anos para cá, a nível de distrito tem ganho mais títulos. De maneira que eu fico muito surpreendido quando substituem o GDM por uma Força do Dragão. Não é por ser benfiquista, mas é por ser Moncorvense, e tudo o que seja canalizar recursos de Moncorvo para fora, eu sou contra. Por isso, também sou contra isto. -----

Imaginem que aqui de Moncorvo, como surgiu aqui há anos o Amândio, que até deu umas coroas, apesar de serem outros tempos – o Amândio jogou futebol comigo – apesar de serem outros tempos, a transferência do Amândio do Boavista para o Sporting ainda rendeu umas boas coroas para Moncorvo. Mas imaginem, dizia eu, que dos garotos de Moncorvo que jogam agora à bola, que saía um craque, como agora homenageámos o da Lousa, um craque que até dava dinheiro; esse dinheiro ia para o Futebol Clube do Porto, da formação, não era para o GDM, penso eu.-----

Segundo, tenho saudades, realmente, que o GDM chegou a ter cem miúdos aí nestes escalões juvenis e infantis, e sempre muito bem treinados. Aliás, temos o treinador das camadas jovens ao nível do distrito e da Federação, que até é de Moncorvo. Depois, temos o desporto escolar com bons professores de ginástica, e provas dadas também. De maneiras que eu não percebo o que é que vêm cá estes treinadores de fora ensinar. -----

Depois, conceder bolsas, bolsas para jogar futebol, quer dizer, ainda se fosse para um atleta que não tinha recursos para se treinar, porque era campeão nacional mas não tinha hipótese, admito que se lhe desse uma bolsa. Um aluno que se especializa, que é bom músico, e tal, mas não tem dinheiro para ir para uma escola de música, aqui ou acolá, muito bem que se desse uma bolsa. Para um pobre que não consegue fazer os estudos universitários, isto ou aquilo, admito que se dê uma bolsa. Agora, criar bolsas para jogar futebol, eu não sei. Eu vejo aí, quer dizer, aquilo de útil que vejo na Força do Dragão é quando é na Feira Medieval, umas barreiras na praça para brincarem os miúdos, para tirar uma fotografia com os pais babados, ou lá abaixo na Feira do Vinho, ou coisa parecida. De maneiras que eu, sinceramente, não percebo isto. -----

Logo na primeira página também – agora já para ser mais concreto – diz-se que o número de bolsas não pode ser inferior a trinta. Quer dizer, mesmo que não haja trinta alunos pobres, que só haja dez, tem que se arranjar trinta. -----

Meus amigos, eu não estou de acordo com isso, voto contra.-----



-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, a dúvida do Sr. Deputado António Júlio Andrade, eu tenho essa questão, de não poder ser inferior a trinta, imagino que deve ser um erro de redação, não podem ser inferiores a trinta as disponíveis; agora, a atribuir, se houver vinte e nove, como é que se vão atribuir trinta? Além de que eu acho que há aqui outros erros de redação. No art.º 6.º, este n.º 3 acho que foi incluído aqui a mais, isto faz parte do n.º 2. Por outro lado, no art.º 9.º, a alínea a) e c), eu não vejo diferença nenhuma entre elas; no n.º 2, certidão emitida pela Repartição de Finanças, tal e tal, certidão emitida pela Repartição de Finanças. -----

Eu não vou votar contra, mas custa-me aprovar um regulamento que, de certa forma... eu tenho a certeza que os funcionários da Câmara fazem o melhor possível, mas deve haver um olhar crítico sobre isto, e isto tem de ser corrigido, porque de outra forma... -----

Eu não vi aqui também – se calhar é erro meu – nenhuma opção para recurso caso haja gente que não concorde com a deliberação. Não sei se a Lei o contempla automaticamente, ou não. Mas, eu não sou jurista, e pedia ao Sr. Presidente da Câmara, então, que nos esclarecesse sobre estes assuntos.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu depois passarei a palavra ao Sr. Vice-presidente, que é quem poderá dar algumas explicações, mas dizer só duas ou três questões. -----

Primeiro, eu não sei se o Sr. António Júlio sabe que competições nacionais envergam a camisola do GDM, e são do GDM. Isto é uma escola de futebol, o resto é para o GDM. E também não sabe, com certeza, porque não poderia saber, que reverteram para o Município de Torre de Moncorvo mais de quatro mil euros (4.000€) da receita que conseguiu, e que o município fez com que se comprassem equipamentos para as crianças poderem estar todas equipadas. Portanto, não queremos ter lucro com isto agora; o que não queremos é que haja uma escola em Moncorvo, que é diferente, que não é gratuita – nós habituámo-nos às atividades gratuitas – não é gratuita, e que por não ter condições sociais, se vejam impedidas de estar lá. Isto é que é igualdade. Porque para mim, até lhe vou dizer uma coisa: não precisávamos fazer isto; até era fácil, não somos nós que gerimos. Agora, não acha que para as crianças que estão no primeiro e segundo escalões de rendimento, podem ter acesso, e que devem ter acesso àqueles que a fortuna de nascimento lhes sorriu? Têm. Entende que não deve ser assim? Então, isso é mesmo discriminar pelo lado negativo do nascimento, e pela fortuna não lhes sorrir. -----

Mais, quando fala de treinadores de fora, os treinadores da Escola Dragon Force têm um monitor que é de fora e são quatro de Torre de Moncorvo, foram quatro empregos que foram criados. Quatro. -----



Agora, esta é a forma que nós entendemos que tendo um serviço que é prestado em Torre de Moncorvo, à disposição dos jovens de Torre de Moncorvo, a possibilidade de nós termos também uma igualdade na verdadeira aceção da palavra, que é poderem todos frequentar essa escola. -----

Mas, quando o Sr. António Júlio diz “que saudades do GDM”, eu também tenho saudades do GDM, e eu ainda andei lá com a carreta do falecido Sr. Celestino a ir buscar garrafas de gás para podermos tomar banho, no antigo campo do S. Paulo. E onde íamos à feira, esqueceu-se de falar do Sr. Teixeira, que foi o responsável pela maior parte dos títulos de que falou. É por aí que deve começar, é ir à feira buscar camisolas de manga curta, castanhas escuras, porque não havia, que era com o que nós tínhamos de jogar. Portanto, íamos lá no dia de feira aprovar aquilo, se era assim, ou não. Depois, houve os anos em que havia tudo. Mas, concordo consigo quando diz assim “cem crianças no GDM”; quem me dera a mim ter cem neste momento, independentemente do GDM. Disso é que eu tenho saudades. Não podemos pensar em coisas que não temos. -----

E portanto, este aqui nem é o regulamento que a Câmara tem com a Escola Dragon Force, que esse já foi aprovado, onde estão algumas das questões que o Sr. Presidente também perguntou. Esse é o regulamento geral. Aqui é criarmos uma condição para quem já tem o rendimento que lhe permita andar a estudar para ter acesso aos livros, para ter isenção de passe, poder também ter oportunidade de estar, numa hora, ou duas, ou as que forem, em igualdade perante os outros que têm dinheiro para comprar os equipamentos. E essa é que é a verdadeira intenção deste regulamento, é permitirmos a todos o acesso em igualdade. -----

E por isso é que quando nos foi remetido o relatório de contas, em que a Câmara teria a receber cerca de cinco mil euros (5.000€), fizemos questão que fosse comprado, para aqueles que não têm hipótese, para poderem ter e equiparem de forma igual aos outros. Há outros que dizem, como era antigamente, andar-se de bibe igual, e ainda é mais desprestigiante, mas nós entendemos que ter um par de chuteiras, um par de sapatilhas, uns calções e uma camisola igual, e andam todos de igual, e ali ninguém sabe se eu sou rico, se sou pobre. É a Câmara que está a pagar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, peço que dê a palavra, então, ao Sr. Vice-presidente, por favor. As questões são, Sr. Vice-presidente: o número de bolsas a atribuir será fixado, e não podendo ser inferior a trinta; ora, a atribuir, parece-me que o termo não será esse, será disponibilizar, provavelmente.-----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Bom dia a todos. -----

É o seguinte: o Protocolo que foi aprovado por esta Assembleia dizia que eram atribuídas pelo município trinta bolsas. No dia em que este regulamento entrava em vigor o número de bolsas não poderá ir abaixo daquilo que já está protocolado com a própria Dragon Force. Podemos aqui, de alguma forma, mudar o texto, mas o que fica implícito é que nós anualmente não podemos, por aquilo que está protocolado com a Dragon Force, vir abaixo das trinta bolsas de estudo.-----

Evidentemente que se só houver cinco candidatos com condições de atribuição só serão atribuídas essas cinco. Elas não são atribuídas obrigatoriamente. Obrigatório é estarem disponíveis e serem preenchidas se houver candidatos que satisfaçam os requisitos.-----

Em relação ao art.º 9.º, há aqui erro na parte dos serviços administrativos, que duplicaram aqui a alínea a) pelo que irá ser retirada.-----

-----**O Presidente de Mesa:** E no art.º 6.º, esse n.º 3 também foi introduzido a mais, com certeza, não é?-----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** É erro de numeração. Dizer aqui, salientar o que já disse o Sr. Presidente, que tudo isto aqui já estava implementado desde o início do protocolo, no ano passado, com a Escola de Futebol Dragon Force, entre a Escola de Futebol Dragon Force e o Grupo Desportivo de Moncorvo, porque isto, enquanto escola, trabalha sob a supervisão da Dragon Force, é natural que estes alunos, que estas crianças, tenham competição, e a competição é sempre obrigatoriamente representada pelo Grupo Desportivo de Moncorvo. São eles que representam, seja a nível distrital, seja a nível nacional, representam o Grupo Desportivo de Moncorvo. -----

Queria salientar, então, sobre este regulamento, que já fazíamos tudo isto, só não tínhamos forma de fazer uma cessação. O Regulamento visa a integração de todos, sem preterir raças, nem credos religiosos, nem aquilo que seja, toda a gente tem direito, só que não sabíamos como é que havíamos de resolver a situação, porque alguns alunos chegavam lá, adquiriam o seu equipamento através da bolsa, e nunca mais lá apareciam, sendo que isto é uma forma de regulamentarmos isso, que não estava previsto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** E a questão do recurso, Sr. Presidente e Sr. Vice-presidente? O recurso. Eu acho que deve, porque se isto é para ser público, as pessoas devem saber a quem se dirigir quando não concordarem.-----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** A decisão da atribuição da bolsa atribuída pelo executivo em reunião de câmara mas antes disso é, é apreciada pela Ação Social, pelos serviços do

município, como fazem a apreciação das bolsas, como fazem a apreciação das bolsas de mérito de estudo, dos transportes, são eles que tratam de todos os casos da atribuição das bolsas. E virão, evidentemente, todos eles à apreciação do Executivo. -----
Irá ser introduzido um novo ponto no artigo 13.º em caso de reclamação por parte dos utentes.-

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado António Júlio Andrade, está primeiro. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** O Sr. Vereador disse que era o Grupo Desportivo que representava em provas nacionais, mas eu penso não estar enganado, ou ouvi mal, ainda ontem foi promovido pela Força do Dragão, não foi? O torneio, não foi pelo Grupo Desportivo.-- Mas, Sr. Presidente, quer dizer, eu acho que o município deve favorecer todos os pobres, todos os que necessitam. Acho que esta política das bolsas, dos passes – a Escola Sabor Artes, por que não as mesmas facilidades, as mesmas bolsas, quando são obrigados a pagar a mensalidade. Agora, para o futebol...-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Alves Salema, faça favor.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Quanto a este assunto, eu não acompanho aqui o meu amigo António Júlio Andrade, porque tive algumas dificuldades também quando apareceu aqui a criação da Escola de Futebol Dragon Force. Também tive, sinceramente, algumas dificuldades em perceber, uma vez que também percebia que se ia substituir o GDM, e o GDM, na altura, como diz o Presidente, e tudo isso, tinha bons êxitos na criação de jovens no futebol. Agora, penso que isto é um regulamento que nada tem a ver com a Escola de Futebol; já está criada, e agora temos que regulamentar. Independentemente das “gralhas”, entre aspas, que tem o regulamento, acho que está criada a escola, acho que o regulamento deve existir, e ir aperfeiçoando. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Deputado José Aires.-----

-----**Deputado José Manuel Aires:** Muito bom dia a todos. Aproveito para cumprimentar todos os deputados, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, e cumprimentar também o Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, e um cumprimento também especial aos funcionários que estão aqui presentes hoje na sala. -----



A minha questão, relativamente a este regulamento, para além das gralhas que já foram também aqui constatadas pelo Presidente da Assembleia Municipal, e não querendo confundir com o GDM, porque isto aqui, este apoio que, neste caso, nós iremos apreciar, a criação deste regulamento de bolsas é exclusivo para a Escola Dragon Force, quando foi respondida esta questão, o Sr. Presidente indicou que existia aqui uma mais valia de cerca de quatro mil euros (4.000€) que teria sido, neste caso, revertida para a aquisição de equipamentos. Portanto, eu gostaria de saber, neste caso, se poderia também ceder esse relatório de contas à Assembleia Municipal, aos seus membros, para que possamos tomar conhecimento dos custos, e das receitas, e dos proveitos desta escola. -----

Relativamente à questão de base, como é lógico, eu concordo plenamente que as pessoas mais desfavorecidas, ou com carências sociais, podem e devem ser apoiadas, e as entidades públicas têm essa obrigação, na minha opinião. -----

Foi também aqui referido que, de facto, esta escola criou quatro empregos no Concelho de Moncorvo, é um facto, eu conheço alguns dos jovens que lá trabalham, gostava de saber qual é o regime laboral desses jovens – se estão com contrato sem termo, com termo certo, se é a recibos verdes – e qual é a base mensal de rendimentos de cada um, dado que também são pessoas, tanto quanto eu sei, que têm licenciaturas e cursos superiores, se estão a receber de acordo. Qual seria, então, o regime laboral de cada um, era essa também a minha questão, e qual era, então, neste momento, também a subvenção que a autarquia, no âmbito desse protocolo, atribui à Dragon Force. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, a questão que aqui está, e tirando as gralhas, é tão simples quanto esta: devemos apoiar, ou não, quem não tem capacidade de estar presente numa instituição que está a laborar em Torre de Moncorvo. Cada um fará um mea culpa em consciência do que votar. Se votar “não”, o que será dito é que votaram “não” contra a integração daqueles que não têm capacidades de estar em pé de igualdade com outras crianças do concelho, por muitas voltas que deem. -----

Depois, quanto ao pedido que foi feito, foi público, o que eu disse dos quatro mil euros (4.000€), foi votado e apreciado em Reunião de Câmara e está nas pastas do próprio Executivo. Portanto, é só aceder a elas – e como os Srs. Deputados sabem, têm acesso a toda a informação.-----

Quanto ao vencimento que eles têm, ou a prestação laboral que têm, não lhe posso dizer porque não sei, não dependem da Câmara, fizeram um contrato diretamente com a Dragon Force, não sei quanto ganham, se é a recibos verdes, se é contrato de trabalho, isso não lhe



posso responder. Mas uma vez que tem a facilidade e o conhecimento com essas pessoas, certamente elas lhe dirão, numa reunião ou fora dela, como quiser. Portanto, o que aqui está é tão simples quanto isso. Aquilo que nós sabemos é também o que nos é transmitido, é isso que levamos à Reunião de Câmara. -----

Quanto a este regulamento, se veem que as gralhas são de tal forma graves que têm de ser retiradas, o Executivo também o pode trazer cá a 31 de dezembro, sem problema nenhum. Não é por aí que vamos ter essa dificuldade. Está na vossa mão. Se tivermos também que fazer ajustes, faz-se ajustes, tudo bem, não há problema nenhum. Se acham que é assim tão grave, e que não é perceptível nem entendível o conteúdo, tudo bem. Ou então, a outra possibilidade será fazerem a votação, e os serviços da Assembleia enviarem para cada um, hoje mesmo, à tarde, a versão já corrigida. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, só relativamente a isso, eu gostaria de saber se vai ser introduzido, ou não, algum artigo sobre a questão do recurso. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, como disse o Sr. Vice-presidente, os casos omissos ao presente regulamento serão resolvidos pelo Presidente da Câmara. Essa é uma omissão. Tenho que ver no regulamento da Dragon Force, que é o que estatui um e outro, se há lá alguma alínea ou algum artigo que remeta para isso. Se não houver, criar-se-á aqui, não há problema nenhum. Portanto, será em 31 de dezembro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É a proposta da Câmara, que isto seja retirado? -----

-----**O Presidente da Câmara:** Se acham que é inviável, vem a 31 de dezembro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, vamos pôr isto à votação, e a Assembleia é que decide. Em primeiro lugar, saber se querem votar agora, ou não, e depois a votação sobre isto. Para já, algum dos Srs. Deputados se opõe a que isto seja votado agora, com as alterações que foram aqui anunciadas? -----

Vamos votá-lo no seguinte pressuposto: a Câmara Municipal introduzirá as correções que aqui foram decididas, introduzirá um artigo sobre recurso, mesmo que seja a cópia daquele que já existe no protocolo, mas acho que sendo um regulamento – porque isto não é o regulamento da escola, é o regulamento da atribuição de bolsas, e portanto, é a atribuição de bolsas, e deve ser claro, o município deve ter clareza relativamente à questão do recurso e a quem se deve dirigir. -----



Sr. Deputado, já fizemos duas rondas; se tiver alguma coisa a dizer, pode fazê-lo depois, em declaração de voto. Vai ser alterado nas condições que estão aqui. É evidente que os Srs. Deputados podem – aliás, esta foi a decisão, não minha, mas da Assembleia. A decisão é da Assembleia, não é minha. Sr. Deputado, desculpe, o Executivo mostrou disponibilidade para trazer; não fez nenhuma proposta, porque se a fizesse, eu teria... Eu questionei os Srs. Deputados, e a decisão da Assembleia foi que fosse votado com as alterações que foram feitas. As alterações são claras: é relativamente à questão do n.º 3 do art.º 6.º e da exclusão da alínea c) do n.º 2 do art.º 9.º, serem corrigidas. Eu não sei, relativamente à questão das trinta, eu continuo a entender que devem ser as bolsas disponíveis. -----

Eu gostaria de pedir aos serviços o seguinte: logo que as correções sejam feitas, deve ser enviada a todos os deputados, inclusivamente àqueles que faltaram e justificaram a falta, ou que venham a justificar a falta, a redação final. Se houver dúvidas, este ponto virá de novo. As dúvidas devem-me ser comunicadas a mim, num prazo razoável de oito dias, para que eu possa dizer à Câmara Municipal se o regulamento está ou não está efetivo.

-----**O Presidente da Câmara:** Se me permite, então, e para termos todos uma ideia cabal do que vai acontecer, o que se proporia seria, então, a criação de um artigo, com a epígrafe “Recurso”, que seria o décimo terceiro, e que se proporia, então: “Em caso de não concordância com a decisão, cabe recurso para a Câmara Municipal.”-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor, 1 voto contra (*do deputado António Júlio Andrade (PS)*) e 1 abstenção (*do deputado José Manuel Aires (PS)*) **aprovar o “Regulamento de Bolsas a atribuir aos alunos da Escola Dragon Force”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 5 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor de nos explicar. -----



-----**O Presidente da Câmara:** Como sabem, iniciou-se um novo ano letivo, e como temos vindo a fazer, uma vez que entra no ano de 2017, há necessidade, na requisição de espaços à empresa António Augusto Santos, Lda., que foi quem concorreu, o montante é de duzentos e trinta e dois mil, zero setenta e dois, ponto noventa e sete (232.072.97€), sendo que para 2016 (setembro, outubro, novembro e dezembro) cabem oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco (84.445€), e para o ano de 2017, cento e quarenta e sete mil, seiscentos e vinte e sete, ponto noventa e um (147.627.91€), pelo que se propõe o necessário cabimento para este ano letivo. E é necessário, uma vez que é em dois anos civis, a Assembleia pronunciar-se sobre a repartição de encargos. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, conjugada com o n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor, 2 abstenções (*dos deputados António Júlio Andrade (PS) e José Manuel Aires (PS)*) **autorizar a “Repartição de Encargos”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 6 — PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL ATÉ 5% NO IRS.

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** O Ponto n.º 6 é manter exatamente o que tem vindo a ser mantido, que é fixar o percentual de cinco por cento (5%) relativo ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, para vigorar no ano de 2016. Não há alteração nenhuma ao que tem sido objeto de deliberação nos últimos anos. E de referir também que é um dos pontos que está no Plano de Saneamento Financeiro. Muito obrigado.-----



-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade aprovar a “Participação Variável até 5% no IRS”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTOS 7 — FIXAÇÃO DA TAXA PELOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP).-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor de fazer a sua exposição.-----

-----**O Presidente da Câmara:** A Taxa Municipal de Direitos de Passagem, como sabem, é uma taxa que é aplicada às empresas – por exemplo, a EDP, ou a PT, uma série delas – que por fazerem a passagem nas vias públicas, é-lhes aplicado um montante. Este montante também não foi revisto, mantém-se exatamente igual ao que foi fixado aquando do Plano de Saneamento Financeiro.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, aprovar o “Percentual de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,20%”**. --

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 8 — IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI).-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----



-----**O Presidente da Câmara:** Mantém-se exatamente igual ao que foi previsto: os prédios urbanos, de zero vírgula três (0,3%) a zero vírgula quatro (0,4%), fica em zero vírgula quatro (0,4%), exatamente. Exatamente o que foi previsto também para o Plano de Saneamento Financeiro, com uma alteração: as reduções que foram previstas no ano passado, se se recordam, eram em termos de percentagem. Com a alteração da Lei, o que fizemos foi colocar, em vez de ser dois dependentes descendentes, são dois dependentes, e aí tem uma redução logo de quarenta euros (40€); e com três dependentes a cargo, tem uma redução de setenta euros (70€). O que é que se altera aqui? Podemos ter um dependente que seja maior de idade – e nós infelizmente sabemos como temos muitos idosos que estão com as pessoas, ou outros que estão, infelizmente, numa fase da vida, ou por doença, ou por alguma situação, que estão dependentes de um agregado familiar – e então, não contam só os descendentes, mas também todos os que estejam a cargo dessa família, inclusive ascendentes, marido, mulher, o que for. E então, a redução é de quarenta (40€) e de setenta euros (70€), respetivamente.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 14 do artigo 112.º do Código de Imposto sobre Imóveis, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade (PS)) **aprovar a** “**Proposta da Câmara Municipal que fixa o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 9 — RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DO PSF – 2016. -----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Este relatório de acompanhamento da execução, o que vos posso dizer é que temos, de alguma forma – para não dizer na totalidade – cumprido o que



vem definido no Plano de Saneamento Financeiro. Temos tido uma evolução positiva da diminuição da dívida de curto, médio e longo prazo; o endividamento, também conforme já vos tinha falado, tem vindo a diminuir, e portanto, temos tido alguma margem utilizável, e como vos fiz referência no início, de um trimestre para o outro aumentou em quinhentos mil euros (500.000€). E portanto, não está perfeito, obviamente, mas temos tido evoluções positivas. E de 2015 para 2016, temos tido aqui uma inversão da dívida de um milhão, novecentos e sete mil (1.907.000€), quase dois milhões de euros (2.000.000€). -----
Não posso deixar de salientar que nos custos é onde temos tido evoluções mais favoráveis. E portanto, recorro que isto é até junho, não é aquele que nos será apresentado no final do ano; espero manter neste semestre a mesma situação, e poderemos também ter uma evolução positiva que certamente honrará todos os Srs. Elementos do Executivo e da Assembleia Municipal. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 41.º da Lei n.º 2/2007, conjugado com a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 1 abstenção (do deputado José Manuel Aires (PS)) **aprovar o “Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do PSF – 2016”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 10 — RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** O Revisor Oficial de Contas, Dr. Fernando Peixinho, seja bem-vindo à Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo. Não sei se quer fazer alguma apresentação multimédia, se quer apenas fazer uma apresentação oral. -----

-----**Dr.º Fernando Peixinho:** Bom dia. -----

Como penso ser do conhecimento, até porque sou Revisor Oficial de Contas que responde perante a Assembleia – não perante a Câmara enquanto órgão executivo, mas perante a Assembleia, enquanto órgão deliberativo – que foi com a Assembleia que tive a honra de ser designado Revisor do Município de Torre de Moncorvo, e portanto, a minha vinda aqui justificase essencialmente pela prestação de alguns esclarecimentos, que às vezes esta linguagem a que nós estamos habituados pode suscitar algumas dúvidas, ou pode suscitar até algumas interpretações que não são exatamente coincidentes com o trabalho que nós desenvolvemos, e com aquilo que nós procuramos transmitir. -----

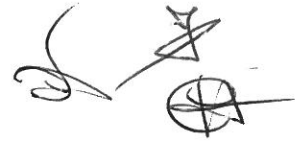
E gostaria de lhes dizer o seguinte: nós, em relação ao Município de Torre de Moncorvo, temos vindo a acompanhar de forma sistemática a evolução da atividade económica e financeira, e naturalmente patrimonial, até de forma mais estreita do que aquilo que normalmente acontece, porque o Município de Torre de Moncorvo está sob assistência financeira, como é sabido, e portanto, nós temos também acompanhado, através de uma monitorização que temos feito, da evolução do cumprimento dos acordos estabelecidos para o programa de saneamento financeiro que foi aprovado e que está em curso. E portanto, independentemente disso, é também nossa função ter aqui alguma intervenção – desculpem-me a expressão, entre comas – pedagógica, no sentido de colaborar com os serviços administrativos e financeiros para que alguns dos mecanismos do controlo interno possam ser melhorados. -----

No fundo, os municípios, uns de maior dimensão, outros de menor dimensão, têm características que são mais ou menos semelhantes, e portanto, há determinado tipo de áreas, que são áreas que nós consideramos de maior risco, mais críticas, naquelas onde eventualmente o controlo interno possa não detetar atempadamente situações de erros, ou de omissões, ou de procedimentos que não estejam em conformidade com aquilo que está estabelecido no POCAL. E portanto, nessas áreas, nós temos uma intervenção maior. E quais são aquelas em que os municípios constituem, ou têm, ou revelam por norma algumas insuficiências? É na parte do cadastro do imobilizado – o imobilizado é todo o ativo fixo que o município tem, os edifícios, os equipamentos, as viaturas, o mobiliário, em que a norma de controlo interno tem previsto que se façam verificações periódicas sobre se os diferentes ativos estão em funcionamento, se estão em boas condições, se o processo de depreciação desses ativos está ou não está a ser cumprido de acordo com aquilo que está previsto na norma, se as taxas aplicadas estão adequadamente calculadas. E portanto, aquilo que nós temos verificado é que os municípios, de uma maneira geral, e no caso particular de Moncorvo, têm feito um esforço progressivo de melhoria da qualidade do controlo interno. É verdade que ainda não se atingiu o objetivo de cumprir com tudo aquilo que a norma de controlo interno estabelece, mas temos de convir que no plano daquilo que tem sido o trabalho feito aqui neste município, houve avanços significativos no sentido de ter um sistema muito melhor do que aquele que existia, e

portanto, com um risco de controlo significativamente menor também do que aquele que existia. Depois, outra área onde normalmente há algumas fragilidades é na área dos inventários – os inventários ou os stocks, como nós habitualmente lhes chamamos – aquilo que está em armazém. E aqui, há dois problemas: o primeiro tem a ver com o facto de grande parte das aquisições que são feitas irem diretamente para as obras – ou seja, nem sequer passam pelo armazém; dá-se uma indicação ao fornecedor, este tipo de aquisição que foi feita é para a obra X ou para a obra Y, e portanto, ela não passa pelo armazém. E portanto, não havendo uma passagem física – que também não fazia sentido que houvesse uma passagem física pelo armazém, porque não se quer que as mercadorias andem a passear pelo armazém – naturalmente que nem sempre os registos correspondem aos consumos. É verdade que no final do ano, quando se fazem as contas, isto bate certo; mas durante o período intercalar, às vezes há um desfasamento entre os registos e os consumos. Ou seja, há coisas que deveriam estar já registadas como tendo sido imputadas às obras e que ainda não estão. -----

E depois, isto prende-se com um outro problema: é com o facto de as Câmaras, na generalidade, quase nenhuma ter sistema de contabilidade analítica. A contabilidade analítica permite que nós consigamos determinar a todo o momento os custos pelo seu destino. O custo é suportado e é reconhecido na contabilidade de forma agregada, mas o mesmo custo é imputável – por exemplo, eletricidade – é imputável a várias obras, ou a várias atividades, ou a várias secções. O consumo de manilhas, ou de cimento, ou de lancis, nós conhecemos o valor global, mas às vezes não conseguimos saber qual é o valor que foi consumido na obra A, na obra B, na obra C. É verdade que aqui tem sido também feito um esforço nesse sentido, criando algumas folhas de obra, e é também disposição do Executivo, nas conversas que tenho vindo a ter, de que seja implementado o sistema de contabilidade analítica com a brevidade que seja naturalmente possível. Isso resolverá indiscutivelmente todos os problemas de custos, e resolve ainda um outro problema adicional, que é o da fixação das taxas, porque no fundo, as taxas são a contrapartida da prestação de um serviço, e para nós sabermos qual é o valor razoável de uma taxa, deveremos saber exatamente quanto é que nos custa o serviço. E portanto, isso facilita também a política de taxas dos Executivos. -----

Agora, é verdade que se me perguntarem: “Então, mas muitos municípios têm contabilidade analítica?” Não, têm poucos. Têm poucos porque, enfim, as coisas são o que são, os municípios têm feito grandes avanços no que tem a ver com a gestão nas áreas administrativa e financeira, mas o caminho faz-se caminhando, e as coisas ainda não estão todas finalizadas. Mas, há pelo menos uma vontade e uma decisão tomada no sentido de elas se poderem concretizar. E portanto, neste relatório de avaliação semestral que nós fazemos – como sabem, nós fazemos duas avaliações: uma avaliação relativamente às contas do primeiro semestre, relativamente às contas do ano, que inclui depois o segundo semestre e o primeiro. E em



relação às contas do primeiro semestre, aquilo que nós indicamos aqui no relatório são algumas deficiências que, como podem verificar se compararem com o relatório anterior, são menores do que aquelas que estavam no relatório anterior, ou seja, o que quer dizer que houve progressos em seis meses, em relação a dezembro de 2015, no comparativo de dezembro de 2015 com junho de 2016, no que tem a ver com rubricas de balanço e em relação a rubricas de resultados, no que tem a ver com o comparativo de 30 de junho de 2015 com 30 de junho de 2016, houve melhorias significativas, sendo certo que naquele aspeto, que talvez seja o único em que as coisas não tiveram grande evolução, tem a ver com a valorização com os bens do domínio público. Ou seja, há determinado tipo de bens que são muito antigos, e que é evidente que é difícil fazer uma avaliação. E eu, na última conversa que tive com o Sr. Presidente da Câmara, disse-lhe que a única forma que se pode vir a ter de se conseguir fazer uma avaliação mais ou menos aproximada daquilo que é o património público do município é com uma colaboração bastante próxima dos Srs. Presidentes de Junta. Ou seja, em cada Junta de Freguesia, os Presidentes de Junta sabem o que é que lá foi feito, naquilo que são bens do domínio público – porque há bens do domínio público e bens do domínio privado; apesar de serem do município, nós não podemos achar que são todos do domínio público. Do domínio público são aqueles que são de utilização comum e que não podem ser utilizados pelo município, nem para dar como garantia de empréstimos, nem para poder fazer qualquer coisa que tenha a ver com o interesse público. Portanto, os bens do domínio público é um fontanário, é um arruamento, é um saneamento. E portanto, se houver neste domínio um trabalho coordenado com os Presidentes de Junta e com os serviços técnicos da Câmara, é possível saber em cada freguesia quanto é que existe de área pavimentada, quanto é que existe, ou se existe determinado tipo de equipamentos públicos que tenham sido construídos, e fazer-se uma estimativa razoável sobre aquele que é o seu valor, e depois trazer aqui um relatório à Assembleia Municipal, e a Assembleia Municipal discutir e pronunciar-se sobre isso, e de seguida, com base nesse relatório, proceder-se à respetiva contabilização. -----
Portanto, eu diria que esta área, que são os chamados bens do domínio público, é uma área que, de facto, aqui poderá vir a ser trabalhada, e isso constituirá, do ponto de vista patrimonial, um acréscimo patrimonial que se reflete no balanço – reflete-se no balanço, reflete-se no capital próprio, porque são ativos que entram para efeitos de reconhecimento em balanço.-----
A outra área, que é os chamados trabalhos para a própria entidade, tem a ver um pouco com a história da contabilidade analítica. Ou seja, o município faz alguns trabalhos – cada vez menos, porque cada vez se utiliza mais o processo de subcontratação, mas faz alguns trabalhos de melhoria dos seus ativos. E o que é que está contabilizado nesses trabalhos? Só as matérias-primas. Mas, o município também gasta lá mão-de-obra, e gasta lá gastos diversos: os equipamentos que tenham, e portanto, a imputação das depreciações, alguns consumíveis. E é



evidente que havendo contabilidade analítica, o município pode reconhecer isso como sendo um proveito; e aquilo que hoje é muitas vezes catalogado como despesa corrente, e que às vezes depois provoca algum desequilíbrio orçamental, deixa de ser despesa corrente e passa a ser despesa de capital. Por quê? Porque estamos a beneficiar ativos de utilização duradoura. E portanto, isto acaba por ser uma vantagem, do ponto de vista do equilíbrio orçamental e da gestão orçamental, acaba por ser uma vantagem para o município. Agora, é preciso que exista uma infraestrutura de natureza administrativa, nomeadamente esse processo de contabilidade analítica, que permita, de facto, fazer essas imputações de forma rigorosa, de forma correta. --- E portanto, esta é a panorâmica geral que eu lhes posso dar sobre o que nós temos vindo a fazer, e sobre o que temos vindo a recolher. Dizer-lhes também que no plano do cumprimento das metas do saneamento financeiro, têm sido cumpridas, e portanto, os relatórios evidenciam-no, têm vindo aqui à Assembleia. Do ponto de vista do controlo interno e da preparação da informação financeira, daquilo a que vulgarmente nós chamamos a informação contabilística, tem havido muitos avanços e muitas melhorias que se refletem, naturalmente, na fidelidade das contas, na transparência das próprias contas, e naturalmente que o resto que falta fazer é sempre aquilo que nós queremos fazer, porque o que já está feito, até nos habituamos a valorizar pouco o que está feito, porque já está feito; valorizamos é aquilo que não está feito. --- E portanto, eu estarei sempre na disposição de vir aqui prestar todos os esclarecimentos – como, aliás, hoje – e todas as questões que me queiram colocar relacionadas com este relatório, ou com outras coisas que se relacionem com a nossa atividade, porque a minha função é mesmo essa, é transmitir à Assembleia Municipal e aos Srs. Deputados Municipais tudo aquilo que os possa deixar confortados em relação àquilo que é a atividade económica e financeira do município. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Doutor. Eu pedia-lhe só que permanecesse um pouco. Muito obrigado, foi uma exposição muito pedagógica e muito importante para os Srs. Deputados. Como o Sr. Doutor sabe com certeza, a análise que a Assembleia Municipal faz das contas nem é tanto fiscal, nem técnica; é sobretudo política. Ora, a análise política baseia-se, ou deve basear-se muito na contabilidade analítica, ou na contabilidade de custos, e é algo pelo qual eu me tenho vindo a bater. Eu sei que estas coisas não são simples, e obviamente temos de reconhecer os esforços e os avanços que o município tem feito neste período. Mas, eu gostaria de não acabar este mandato sem ter essa contabilidade implementada. Provavelmente estarei a cometer um erro de apreciação, mas qual é a razão, no seu entender, pelo qual isto ainda não está implementado? Porque a contabilidade analítica, no fundo, hoje em dia, tem muito a ver com software, são programas que são instalados por cima do programa que existe, têm uma configuração especial, a introdução de dados, em vez



de ir diretamente à rubrica do razão, vai a um centro de custos e a uma determinada rubrica mais perceptível para a Assembleia Municipal, não obriga a uma dupla introdução de dados, e vai imediatamente depois para a contabilidade do razão, e os relatórios aparecem exatamente da mesma forma, mas com um aspeto diferente, mais inteligível para a Assembleia, não só na análise política que deve fazer do exercício do município, mas como muito bem referiu, na análise dos custos, até porque a contabilidade analítica também é muitas vezes conhecida pela contabilidade de custos. Gostaria de ter uma opinião sua sobre esse assunto. Muito obrigado. -

-----**Dr.º Fernando Peixinho:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu não consigo responder à pergunta, de por que é que ainda não está em funções, de forma objetiva, ou melhor, por que é que ainda não está implementada de forma objetiva a contabilidade analítica. Mas, tenho uma perceção do seguinte: as Câmaras Municipais, no seu conjunto, e particularmente estas Câmaras mais pequenas, tinham procedimentos contabilísticos que eram bastante recuados em relação aos referenciais contabilísticos que estavam já em vigor noutra tipo de entidades. Durante muitos anos, as Câmaras só tinham contabilidade orçamental, e portanto, uma contabilidade de caixa. A contabilidade patrimonial surge nos municípios em 2004, através da aprovação do POCAL. -----

Este ano, entrará em vigor no ano que vem o novo sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, que abrange também as Câmaras Municipais, e que é também um salto significativo, um avanço significativo relativamente ao POCAL, com uma aproximação muito grande àquilo que são hoje as normas internacionais de contabilidade. Ora, recuando um pouco no tempo, eu diria o seguinte: já não foi fácil colocar estas Câmaras – porque as Câmaras têm meios técnicos, humanos, em função um pouco da sua dimensão, e não foi fácil, em muitas Câmaras, pôr a contabilidade financeira – a chamada contabilidade patrimonial, que é aquela que temos – a funcionar de forma plena. Naquelas em que foi possível avançar um pouco mais, e que, de facto, a contabilidade financeira estava estabilizada, nós partimos, então, para a contabilidade analítica. Mas, também como o Sr. Presidente (já me dei conta) bem sabe destas matérias, nós não podemos ter uma contabilidade analítica eficaz se não tivermos uma contabilidade financeira de retaguarda, a funcionar bem. E portanto, digamos que estamos a procurar deixar bem afinada a parte da contabilidade financeira, ou contabilidade analítica, que é uma contabilidade de uso externo, para a seguir podermos, então, encetar um processo de implementação da contabilidade analítica, que será já uma contabilidade de uso interno, para gestão interna, e para que os Srs. Deputados possam, de facto, conhecer melhor quais são os indicadores de gestão interna mais relevantes na apreciação política que fazem sobre o desempenho do Executivo Municipal. E portanto, estaremos agora em condições de iniciar esse processo. E eu espero que, de facto, pelo menos quando chegar o final deste



mandato, o Sr. Presidente já possa ter, pelo menos, uma miragem razoavelmente consistente do processo de implementação da contabilidade analítica. Pelo menos da minha parte, o meu contributo está expresso perante esta Assembleia, já tive oportunidade de o exprimir também ao Sr. Presidente da Câmara, que colaboraremos nesse processo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Dr. Fernando Peixinho. -----

Então, daqui deduzo que, realmente, são dificuldades externas, mas segundo a sua opinião, será possível até ao final do mandato – ou seja, em janeiro – iniciarmos a questão da contabilidade analítica. Muito obrigado. -----

Tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses.-----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia a todos. -----

É uma questão direta para o Dr. Fernando Peixinho, se eventualmente já existe alguma Câmara no Distrito de Bragança com contabilidade analítica. -----

-----**Dr.º Fernando Peixinho:** Eu só lhe posso responder pelas Câmaras que faço, que são seis ou sete do distrito – mais de metade, é verdade, é uma amostra representativa. Mas também lhe posso responder pelas outras, tendo por base o Anuário dos Municípios, que é feito todos os anos, coordenado pelo Prof. João Carvalho, e onde esses indicadores também vêm. Das outras seis que nós não fazemos, nenhuma tem, pelo menos de acordo com o Anuário. Nem a Câmara de Bragança. E por que é que digo “nem a Câmara de Bragança”? É capital de distrito, enfim, teria provavelmente outras condições para poder implementar. daquelas que nós fazemos, só uma é que tem, e outra, uma segunda, está a meio do caminho. Portanto, talvez no final deste ano também já tenha.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado pela sua presença e pelos seus esclarecimentos, até porque são importantes, porque é evidente que quem responde perante a Assembleia é o Sr. Presidente da Câmara, e provavelmente estaríamos a ser injustos com ele na verdadeira causa da não existência da contabilidade analítica. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, aprovar o “Relatório de Acompanhamento Semestral”**. -----



-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 11 — FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA CIMDOURO E AFINS – CONCURSO PÚBLICO.

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu gostaria só de colocar uma questão prévia ao Sr. Presidente da Câmara: acho que já lhe tinha dito isto em tempos, vejo assim com alguma dificuldade estes orçamentos até às centésimas, até aos cêntimos, mas segundo julgo saber, isto terá a ver com o reflexo daquilo que foi a atividade, ou seja, com os custos. Portanto, todas as rubricas que existem ali têm reflexo no custo do ano anterior. Muito obrigado.-----
Então, faça favor de fazer a apresentação, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Srs. Deputados, este estudo relativamente ao concurso, que é idêntico ao concurso público para fornecimento de energia para as instalações dos municípios da CIMDouro e afins, se repararem, o do ano passado e o deste ano, tivemos um acréscimo de quase mais cem mil euros (100.000€). Mas isto tem a ver com uma situação: é que a maioria das Juntas de Freguesia estão inseridas neste protocolo. A maioria das IPSS's também vieram formalizar a candidatura a este protocolo, o que quer dizer que o Município de Torre de Moncorvo, em vez de se ter candidatado só com o IP e as várias entidades, nomeadamente os edifícios públicos e a iluminação pública, candidatou-se também com os edifícios das Juntas, com os edifícios das IPSS's. Isto, atenção, eu estou a dizer cem mil euros (100.000€) porque os técnicos fazem esta perspetiva, mas vai a concurso, normalmente vem sempre mais baixo. Eu estou a dizer cem mil euros (100.000€) entre a perspetiva do lançamento do concurso e o que o ano passado foi adjudicado – no ano passado foi adjudicado por cerca de seiscentos e oitenta mil euros (680.000€). -----

Portanto, se conseguirmos ter uma redução e incluir as Juntas de Freguesia e as IPSS's, vamos ter aqui um ganho com a EDP. Quanto mais estiverem neste concurso, melhor, obviamente. Com quem ganhar; agora no mercado liberalizado, tem sido a EDP nos últimos anos a concorrer, mas se houver um mercado que funcione, esperemos que sim, porque



quantos mais, para nós é bom porque nos diminui, e também é bom para o próprio mercado, porque tem outras empresas a trabalhar. -----

Portanto, aqui é só solicitar autorização à Assembleia Municipal para assunção do compromisso plurianual – que também é plurianual – e a realização da despesa.-----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, eu fiz-lhe aquela pergunta, não era de todo inocente, tem a ver com o facto de que existe uma parcela que aparece aqui, que é a chamada energia reativa, e que tem um valor considerável. Nós já em tempos falámos sobre isso, se calhar eu não fui muito explícito. Para explicar aos Srs. Deputados, a energia reativa é uma energia que se paga mas não se consome. O que acontece é que quando há, sobretudo motores e outros equipamentos que necessitam de campos magnéticos, a excitação desses campos magnéticos tem necessidade de ser um fornecimento que depois não é efetivo. Mais ou menos, mal explicando, como se tivéssemos um carro de bois – nós estamos numa zona rural – em que quem puxa o carro de bois não fosse na perpendicular, mas fosse de lado. É evidente que a força que eles têm de despender é superior ao peso que o carro tem. E isto assume um valor razoável, são mais de sete mil euros (7.000€). -----

Ora bom, há equipamentos que corrigem isto de uma forma automática. Eu já há vários anos que não compro este tipo de equipamentos – já o fiz – e custarão, no mercado, entre três (3.000€), quatro mil euros (4.000€). E portanto, é altura de se adquirir equipamento deste, porque se paga num ano. E eu acho que estamos numa altura de conter, vamos conter naquilo que não é necessário, naquilo que vai borda fora. Portanto, eu chamo esta atenção, e dou este contributo para a economia do município. Eu imagino que o técnico de eletricidade do município saberá, mas se houver algum problema, terei todo o gosto em participar.-----

Sr. Presidente, se quer dizer alguma coisa, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Só para informar, o que o Sr. Presidente está a dizer, obviamente, eu disse isso dos custos, e por isso mesmo, e agora para vos dizer: a Câmara Municipal fez uma candidatura, veio aprovada, e estes sete mil (7.000€) – passa os sete mil (7.000€), suponho, sete mil, duzentos e poucos – é exatamente a candidatura que é financiada a cem por cento (100%), mas que o município tem que pagar à cabeça. Esses sete mil e quinhentos (7.500€) são a compra dos tais quatro aparelhos que já estão no município instalados. Portanto, mal venham as verbas, será canalizado novamente para a Câmara Municipal, e entrarão como crédito os sete mil, duzentos e cinquenta (7.250€), valor de candidatura. -----



-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, deliberou **por unanimidade, aprovar:** “ – **A minuta do Protocolo entre a CIMDOURO e os Municípios que compõem o Agrupamento; - Autorizar a abertura de concurso público para aquisição de energia elétrica em alta; - Delegar na comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento todas as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários ao lançamento do concurso nos termos das cláusulas 4.ª e 8ª do Protocolo; - Autorizar a assunção de compromisso plurianual e a realização da despesa para o ano de 2017 no montante de 781.817,70€ com IVA incluído**”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 12 — REGULAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL SABOR ARTES.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Este regulamento sofreu poucas alterações, mas nós quisemos trazê-lo cá para também dar conhecimento aos Srs. Deputados, bem como com a nova ficha de inscrição 2016/2017, e aqui sim, porque tem a componente individual por mensalidade e a componente familiar por mensalidade. Aquilo que o Sr. Deputado António Júlio disse há bocadinho, por pouco me estragava aqui a surpresa, que era destes apoios que nós temos na Escola Municipal Sabor Artes. E portanto, aprovando este regulamento, bem como a ficha de inscrição, no verso da ficha de inscrição estão os vários apoios que se dão à família. Também aqui à música, como disse, é o apoio que a Câmara quer para que todos tenham a possibilidade de ter acesso à Escola Municipal Sabor Artes, com o acréscimo que estando a Câmara também a tentar, com o Ministério da Educação, para aqueles alunos que não tendo no ensino oficial a possibilidade de ter este tipo de aulas, poderemos fazer aqui um protocolo



com o Ministério da Educação – e estou a dizer isto, mas ainda não está nada concluído, mas uma das obrigações – e é por isso que vem aqui a chamar à atenção, se o Sr. Presidente fizesse o favor de pôr na primeira página, exatamente aí, se repararem, está ali uma modalidade com um símbolo a chamar à atenção. A modalidade antes era sempre livre, e agora, com muitos alunos que querem seguir no Conservatório, temos uma formal e uma livre. A formal obriga, como é óbvio, a ter outro tipo de sistema de ensino: obriga a ter assiduidade, obriga a ter, muitas vezes quando o aluno não pode, mas tem que prestar provas, seja na escola, seja noutra escola, a poder requerer o empréstimo de instrumentos e a ser avaliado por professores que sejam de outras escolas que estejam reconhecidas. E portanto, o que este protocolo traz é exatamente essas situações, bem como as taxas, e a modalidade formal e livre, que é para termos de uma vez por todas a possibilidade de nos candidarmos também com a Escola Municipal a um programa que seja aberto e aceite pelo Ministério da Educação.-- Eu cumprimento o Dr. Fernando Peixinho, muito obrigado, é o Revisor Oficial de Torre de Moncorvo, o qual vos irá, então, dar a apresentação, quando o Sr. Presidente assim o entender, do ponto do saneamento financeiro. -----

Basicamente, são estas as únicas alterações que tem, é o formal e o livre, bem como a mensalidade ser diferente se for um, dois ou três discentes da escola. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Faça favor, Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Ainda bem que se lembraram destas alterações, até porque já têm havido alunos que saem daqui e dizem: “Já não tenho nada a aprender lá, tenho que ir para uma escola em Mirandela”, ou assim. Mas há um pormenor, já agora: é que, realmente, essa história dos professores, de vez em quando, ao fim do ano letivo, vamos assistir às provas, mas já tem acontecido ver um aluno com dois professores a tocar, por exemplo. De maneira que isso não são provas nenhuma.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, se quiser dar uma palavra sobre isso.-----

----- **O Presidente da Câmara:** Sr. Deputado, o que está a dizer é nos espetáculos de final de ano. Isso não são provas; as provas são internas, e só podem estar a ouvir os professores e os encarregados de educação, porque não são públicas. E a única forma que lhe trará publicidade é dos professores que vêm de outras escolas. O resto são os espetáculos que os professores coordenam da forma como entenderem, com cada um. Eu, por exemplo, recordo-me que, no

ano passado, o professor de combos – ou seja, jazz – fez ele próprio, com cada um, e no próprio espetáculo, ia fazendo rotativamente com os alunos, quer de bateria, quer de baixo, quer de viola. Mas, isso é um acompanhamento para um espetáculo, não tem nada a ver com as provas que prestam na sede da escola, ou num cineteatro, quando é alargado a grupos. Mas essas sim, são as verdadeiras provas. Por isso é que nós introduzimos – e ainda bem que disse isso – porque se há alunos que querem só para passatempo, para estar lá – e que também é louvável estar lá, e irem estando sempre, de alguma forma, a aprender a tocar um instrumento – há outros que querem evoluir nesse instrumento específico. Não são esses que se inscrevem em duas ou três modalidades; esses inscrevem-se só numa modalidade, e querem saber tudo sobre aquele instrumento. É por isso que este ano foi também inserida, então, a modalidade formal. Vamos ver quantos alunos, obviamente, se inscrevem nessa modalidade. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) no n.º 1 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 1 abstenção (do deputado José Manuel Aires (PS)) **aprovar o “Regulamento da Escola Municipal Sabor Artes”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 13 — APRESENTAÇÃO DE ESTUDO SOBRE A LINHA DO SABOR POR DANIEL CONDE.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu tenho a informar que há um erro meu no Ponto n.º 13. O Ponto n.º 13 não foi agendado porque tive a informação de que a pessoa que viria cá fazer os esclarecimentos não pôde vir, já que estamos em alteração de agenda.

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

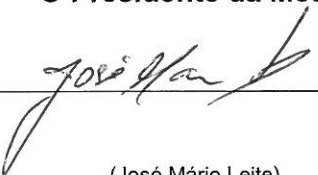
-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.**-----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 12h00m deu por encerrada a sessão.-----

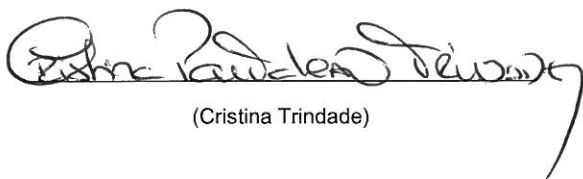
-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



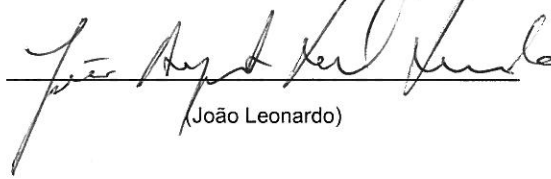
(José Mário Leite)

1.ª Secretária da Mesa,



(Cristina Trindade)

2.º Secretário da Mesa,



(João Leonardo)